

Relatório de Gestão - 2014



INDÍCE

	Pág.
1 - INTRODUÇÃO	1
2- REGISTO BIOGRÁFICO DO MUNICÍPIO	2
2.1- IDENTIFICAÇÃO	2
2.2- POPULAÇÃO E GEOGRAFIA	2
2.3- EXECUTIVO MUNICIPAL	2
2.4- OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	7
3 – ENQUADRAMENTO	8
3.1 – APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS	8
3.2- RECURSOS HUMANOS	8
3.3- EXECUÇÃO DAS GOP’S	16
3.4- FINANCIAMENTOS OBTIDOS	18
4- ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL	20
4.1- CONTABILIDADE DE CUSTOS	20
5- DÍVIDA TOTAL	27
6- INDICADORES	30
7- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	37
8- CONCLUSÃO	38

1 - INTRODUÇÃO

O executivo municipal apresenta, nos termos da alínea e) do n.º 2 do art. º 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS** (DPC) relativos à Gerência correspondente ao exercício financeiro do ano de 2014.

Nos termos da alínea c) do n.º 2 do art. º 53º do referido diploma legal, os DPC serão apreciados e votados pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal, devendo ser enviados ao Tribunal de Contas até 30 de Abril.

Os DPC foram elaborados segundo as regras e princípios definidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), e apresentados conforme estabelece a Resolução 4/2001 - 2. Secção - Tribunal de Contas, de 12 de Julho de 2001 -Instruções 01/2001.

O Relatório de Gestão traduz, de forma sucinta, a atividade da Câmara Municipal no ano 2014 e em alguns casos específicos, e sempre que aplicável, a comparação com anos anteriores.

O Relatório aborda igualmente a situação financeira da autarquia, a evolução da dívida total e a proposta de aplicação de resultados.

É de assinalar que a conta do município de Sousel está elaborada de acordo com o imperativo do novo quadro legal, refletindo na análise que se efetua o recurso a indicadores agora disponíveis.

2. REGISTO BIOGRÁFICO DO MUNICÍPIO

2.1. IDENTIFICAÇÃO

- ✓ Município de Sousel
- ✓ Praça da República, 7470- 220 Sousel
- ✓ Telefone (geral): 2668550100 Fax: 268550110
- ✓ Mail: geral@cm-sousel.pt
- ✓ NIF: 506.809.560

2.2 POPULAÇÃO E GEOGRAFIA

Relativamente ao Concelho de Sousel, os censos 2011 registam 5074 habitantes distribuídos por 2076 famílias, para as quais existiam 3 757 alojamentos.

Um dos aspetos mais marcantes da demografia do concelho é o envelhecimento da população. O índice de envelhecimento (relação existente entre a população com 65 ou mais anos e a população com 0-14 anos) era, em 2011, de 231 idosos por cada 100 jovens.

2.3. EXECUTIVO MUNICIPAL – COMPOSIÇÃO

No atual mandato, cujo início ocorreu em 14.10.2013 o executivo municipal é composto por:

Presidente

- ✓ Armando Jorge Mendonça Varela

Vereadores

- ✓ Marta Susana Rebocho Carujo
- ✓ António Mariano Canha Ramos e Sousa
- ✓ João Jerónimo Machadinha Maia
- ✓ José Bernardino Rodrigues Pascoal

O Presidente, a Vereadora Marta Susana Rebocho Carujo e o Vereador António Mariano Canha Ramos e Sousa exercem funções em regime de permanência, enquanto os vereadores João Jerónimo Machadinha Maia e José Bernardino Rodrigues Pascoal exercem funções em regime de não permanência. A Vereadora Marta Susana Rebocho Carujo é a Vice-Presidente da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara Municipal



Armando Varela nasceu em Lisboa, na Maternidade Alfredo da Costa, a 1 de Julho de 1965. É casado e pai de duas filhas. Cresceu na aldeia alentejana de Casa Branca onde fez o ensino primário na Escola Primária de Casa Branca. Aos 10 anos muda-se para Lisboa, onde concluiu o segundo ciclo na Escola Preparatória Damião de Góis. No 7º ano frequentou a Escola Secundária dos Olivais. Regressa então ao Alentejo, terminando o 12º ano na

Escola Secundária de Estremoz, onde, entre outras atividades, se destacou por diversas vezes em campeonatos de xadrez.

Em 1984 iniciou a licenciatura em Gestão de Empresas na Universidade de Évora, tendo sido Vice-presidente da Associação de Estudantes no ano lectivo de 1987/1988. Enquanto estudante universitário leccionou as disciplinas de Contabilidade, Cálculo Financeiro e Administração e Organização de Empresas na Escola C+S de Arraiolos e na Escola Secundária Severim Faria, em Évora. Fez posteriormente uma pós-graduação em Finanças na Universidade Católica Portuguesa. Terminada a licenciatura, em 1989, foi professor na Escola Secundária de Estremoz. Inicia então uma carreira ligada ao mundo empresarial, que articulou sempre com a participação cívica em movimentos associativos:

Foi sócio gerente da empresa Varela & Varela, Lda., entre 1990 e 1994;

Entre Outubro de 1991 e Dezembro de 1993 fez controlo de gestão e informatização na Empresa Industrial Bastos Ribeiro, em Sousel;

Entre Janeiro de 1994 e Dezembro de 1995 procedeu à implementação do controlo de custos na Casa Agrícola Teófilo de Castro Duarte, em Fronteira;

Foi Diretor Financeiro da Olidal- Olivicultores do Alentejo, CRL, em Santo Amaro;

De 1994 a 2005 foi Sócio Gerente e Diretor Financeiro das empresas Gestalbi, Gestalter, Ecogef e Megalentejo;

Foi Diretor Financeiro da Tomasel- Organização de Produtores Hortícolas, S.A, com sede em Cano, a partir de 1997;

Foi diretor da ANOP - Associação Nacional de Organização de Produtores para o sector do Tomate, tendo mais tarde assumido o cargo de Presidente do Conselho Fiscal da mesma Associação;

Foi Presidente do Conselho Fiscal da ACIPS - Associação de Comerciantes e Indústrias do Concelho de Ponte de Sor, onde mais tarde assumiu a presidência da Assembleia Geral;

Presidente do Conselho Fiscal da Comissão de Melhoramentos do Concelho de Sousel, uma Instituição Particular de Solidariedade Social, (1999-2001).

Entre 1991 e 1996 entrega-se ao trabalho de voluntariado e aceita integrar os Órgãos Sociais do Lar Adriano Rovisco dos Santos em Casa Branca, fazendo parte da Direcção durante 6 anos.

Sempre entregue à causa pública, ocupa o cargo de Vereador à Câmara Municipal de Sousel entre 2001 e 2005, ano em que foi eleito Presidente pela primeira vez, sendo reeleito em 2009. Neste período assume um papel de relevo na região, ocupando cargos em diversas instituições, das quais se destacam:

Presidente do Conselho de Administração da AREANatejo - Agência Regional de Energia e Ambiente do Norte Alentejano;

Administrador da ADRAL, SA - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo;

Presidente da Assembleia Geral do MATSEL- Matadouro Regional do Alto Alentejo

Presidente da Assembleia Geral das Águas do Norte Alentejano e Presidente da Assembleia Geral da Tomasel.

Membro do Conselho Geral e Consultivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses

Presidente da CIMAA – Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, desde 2009

Presidente da Assembleia Geral da Associação de Futebol de Portalegre

Vogal do Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios

Presidente da Assembleia Distrital do PSD de Portalegre

Membro do Conselho Nacional do PSD

Vice-Presidente da Câmara Municipal

Marta Susana Rebocho Carujo



Nasceu em São Lourenço - Portalegre a 2 de Dezembro de 1978.

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Sociologia, pela Universidade Autónoma de Lisboa, Pós Graduação em Administração Desenvolvimento Regional e Local na Escola de Administrativa Publica Luis Sá – Palmela/Universidade Lusófona, Pós Graduação em Gestão Autárquica Avançada, pelo Instituto Superior de Educação e Ciências.

Curso de Gestão Publica na Administrativa Local (GEPAL), em 2013.

Carreira Profissional e Cargos Desempenhados

Em 1999 iniciou o seu percurso profissional na área da formação profissional no Centro de Formação Profissional TACAFORME – Lumiar.

Em 2000 prosseguindo a mesma área – a formação – inicio projeto no centro de artes e ofícios de Sousel, Centro de Formação “Ideias de Pedra e Cal”, em Estremoz e em 2004, Formadora da MultiAlentejo de Portalegre.

Em 2002 iniciou a sua carreira profissional como Socióloga na Camara Municipal de Sousel.

Em 2011 foi nomeada Chefe de Divisão Turismo, Cultura, Desporto Juventude e Rede Social.

No âmbito da atividade associativa de cariz social integrou a Direção, como Vice-presidente da Associação de Amizade Santo Amaro La Chapelle-Heulin (2009-2011), em (2009-2011) integrou a Direção de uma IPSS, a Comissão de Melhoramentos do Concelho de Sousel, assumindo o cargo de Vogal. Em (2012-2013) continuou nos órgãos sociais, como Secretária.

Atualmente é Presidente desta mesma IPSS.

No âmbito da atividade política assumiu o cargo de Vice- Presidente da Comissão Política do Partido Social Democrata da Secção de Sousel.

Atualmente é Vereadora da Câmara Municipal de Sousel nomeada Vice-presidente.

Vereador da Câmara Municipal de Sousel



António Mariano Canha Ramos e Sousa

Nasceu em Sousel a 20 de Julho de 1952

Habilitações Literárias

Curso Industrial, na Escola Industrial e Comercial de Évora.

Carreira Profissional e Cargos Desempenhados

Iniciou o seu percurso profissional nas empresas António Sequeira Lopes, Lda. e Anselo, Lda. de Elvas, na área administrativa da construção civil e obras públicas.

Foi diretor de produção na empresa Mariano Boto de Sousa (construção civil e obras públicas).

Foi sócio gerente da empresa Mariano Boto de Sousa e & Filhos, Lda. (construção civil e obras públicas).

Integrou a Direção da Comissão de Melhoramentos do Concelho de Sousel (IPSS) e o Conselho Fiscal da Caixa de Crédito Agrícola do Concelho de Sousel. Desempenhou o cargo de Presidente da Direção do Grupo Sport Familiar Souselense (os Amarelos). Foi perito avaliador do Banco Fonsecas e Burnay e do Banco Português de Investimentos, foi mediador da companhia de Seguros Pátria e Mundial Confiança (hoje) Companhia de Seguros Fidelidade e cumpriu serviço militar no Exército Português como atirador de Cavalaria, de 1973 a Outubro de 1975, tendo sido mobilizado para Angola e prestado serviço nesse país de Setembro de 1974 a Outubro de 1975.

Foi, Presidente da Direção da APSM-Associação Pedagógica de Santa Maria – Instituição Particular de Solidariedade Social que desempenha a sua atividade nos Distritos de Évora e Portalegre.

No âmbito da atividade política integrou as listas do PPD/PSD à Assembleia Municipal de Sousel (1976), à Câmara Municipal de Sousel (1982) e à Assembleia de Freguesia de Sousel (1993).

Veio a desempenhar as funções de vereador da Câmara Municipal de Sousel em 1979 em substituição do Sr. Augusto Filipe de Mira e no mandato 2001-2005 foi eleito à Assembleia Municipal de Sousel com o cargo de vogal.

Como Vereador da Câmara Municipal de Sousel (2005-2009 e 2009-2013) foi nomeado Vice-Presidente.

Atualmente é vereador em regime de permanência da Câmara Municipal de Sousel mandato de (2013-2017).

Vereador da Câmara Municipal de Sousel



João Jerónimo Machadinha Maia

Nasceu em 23 de Fevereiro de 1980.

Habilitações Académicas: Doutorando no curso de Estudos Contemporâneos, do Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra.

Curso de Especialização Avançada em Estudos Contemporâneos, do Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra.

Mestrado em Ciências da Educação, área de especialização em Educação e Desenvolvimento Social, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, da Universidade de Coimbra, sobre o tema “Globalização, Escola e Ensino Intercultural da História e da Geografia”.

Licenciatura em Ciências da Educação, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, da Universidade de Coimbra.

Carreira Profissional e Cargos Desempenhados

Iniciou o seu percurso profissional no Centro Comunitário de Inserção da Cáritas Diocesana de Coimbra, onde ocupou funções de Estagiário e de Diretor-técnico Substituto.

Continuou o seu percurso profissional como Profissional de Reconhecimento e Validação de Competências dos Centros Novas Oportunidades da Fundação Alentejo e do Agrupamento de Escolas de Estremoz, com as seguintes funções: Profissional de RVC para os referenciais de competências-chave do nível secundário e do nível básico.

É também Formador de professores registado pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua.

No âmbito associativo foi Presidente da Mesa da Assembleia-geral de Alunos da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra e Membro da Direção do Núcleo de Estudantes de Psicologia e de Ciências da Educação da Associação Académica de Coimbra, com as seguintes funções: responsável pela área da política educativa.

Publicou uma revisão sobre o livro “Educar e conviver na cultura global” de J.Gimeno Sacristán, na Revista Portuguesa de Pedagogia, Ano 8 (2004), nº 1, 2 e 3.

Membro dos grupos de trabalho do Laboratório de Ideias e Propostas para Portugal: Trabalho; Educação e Ensino Superior; Globalização; Política Externa/ Membro da Convenção Novo Rumo para Portugal.

Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Academia do Bacalhau de Estremoz.

Presidente da Concelhia do Partido Socialista de Sousel.

Membro da Comissão Política Distrital da Federação do Partido Socialista de Portalegre.

Membro da Assembleia Municipal de Sousel.

Membro Suplente da Comissão Nacional do Partido Socialista.

Membro Suplente da Comissão de Jurisdição Nacional do Partido Socialista.

Membro do Secretariado da Comissão Política Distrital da Federação do Partido Socialista de Portalegre.

Mandatário no Concelho de Sousel da Candidatura do Partido Socialista às Eleições Europeias de 2014.

Mandatário no Concelho de Sousel da Candidatura de Manuel Alegre às Eleições Presidenciais de 2011.

Membro da Comissão de Honra Nacional da Candidatura de Manuel Alegre às Eleições Presidenciais de 2011.

Membro da Estrutura Distrital de Portalegre da Candidatura de Manuel Alegre às Eleições Presidenciais de 2011.

Membro da Assembleia de Freguesia de Cano.

Coordenador Concelhio da Juventude Socialista de Sousel.

Membro da Comissão Política Distrital da Federação da Juventude Socialista de Portalegre.

Vereador da Câmara Municipal de Sousel.

Vereador da Câmara Municipal de Sousel



José Bernardino Rodrigues Pascoal
Nasceu em 16 de Setembro de 1961.

Habilitações Académicas:

12º Ano (Ciências)
Enfermeiro Especialista – Formador
Licenciado
Especialista em Saúde na Comunidade/Saúde no Trabalho

Carreira Profissional e Cargos Desempenhados

Iniciou o seu percurso profissional como enfermeiro até à presente data

Vereador da Câmara Municipal de Sousel.

2.4. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

O município não dispõe de serviços municipalizados. É detentor da maioria do capital Social da ENASEL SA, mas por força da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, em 20 de Dezembro de 2012, a Assembleia Municipal deliberou proceder à sua dissolução. Para concretização deste procedimento, em 21 de Fevereiro de 2013, a Assembleia municipal aprovou também o plano de internalização de serviços. Presentemente a ENASEL, SA encontra-se em processo de liquidação.

3. ENQUADRAMENTO

3.1. APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

As Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2014 foram aprovados pelo órgão executivo em 20 de Dezembro de 2013 e pelo órgão deliberativo em 27 de Dezembro de 2013.

O valor inicial do orçamento foi de 11.065.285 €. Durante o exercício foram aprovadas 5 revisões, 17 alterações ao Orçamento e Grandes Opções do Plano, situando-se os valores finais do orçamento em 10.888.895 € (correntes 4.977.157€, capital 5.911.738€).

O Orçamento teve assim uma diminuição de receita e despesa que ascendeu a 176.390€, contribuindo para esta significativa diminuição a receita consignada proveniente de candidatura aprovada no âmbito do INALENTEJO, referente ao Centro Escolar de Sousel.

3.2. RECURSOS HUMANOS

Por imposição decorrente do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de Outubro, durante o ano 2010 foi aprovada uma reestruturação dos Serviços da Câmara Municipal, a qual se manteve em funcionamento durante o exercício de 2013.

Por imposição da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto foi por deliberação da Assembleia Municipal de 20 de dezembro de 2012 aprovada nova estrutura nuclear de serviços, mantendo suspensa a citada estrutura até à cessação das comissões de serviço.

Em março de 2014 foi definitivamente implementada a nova estrutura de serviços aprovada, procedendo ao reajustamento dos serviços.

Os resultados desse reajustamento foram atenuados pela sucessiva aposta do executivo no aumento da capacidade de intervenção dos serviços municipais e numa aposta de recrutamento de recursos humanos especializados.

O Mapa de Pessoal do ano 2014 foi aprovado nos termos do disposto na lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, pelo órgão executivo em 20 de Dezembro de 2013 e pelo órgão deliberativo em 27 de Dezembro de 2013.

Os mapas que se seguem demonstram o número de trabalhadores ao serviço da Câmara Municipal de Sousel, em 31-12-2014, embora as relações jurídicas de emprego público tivessem sofrido alterações a partir de 01-01-2009.

Assim, nos mapas seguintes, como forma de introduzir uma melhor compreensão da evolução dos Recursos humanos da Autarquia desde 2005, optou-se por utilizar a terminologia atual, equiparando-a à anteriormente utilizada.

Quadro 1

		Dirigente - Superior (ou equivalente)	Dirigentes intermédios (ou equivalente)	Técnico Superior (ou equivalente)	Assistente Técnico (ou equivalente)	Assistente Operacional (ou equivalente)	Informática (ou equivalente)	Outros	TOTAL
2005	Comissão de Serviço		2						2
	CTFP por tempo Indeterminado (pessoal do Quadro)			4	27	73	3		107
	CTFP a termo resolutivo certo (contrato a termo certo)				1	25			26
	CTFP a termo resolutivo incerto (contrato a termo incerto)								0
	Outras (avencas)							15	15
	TOTAL	0	2	4	28	98	3	15	150
2006	Comissão de Serviço		1						1
	CTFP por tempo Indeterminado (pessoal do Quadro)		1	4	28	69	3		105
	CTFP a termo resolutivo certo (contrato a termo certo)				1	23			24
	CTFP a termo resolutivo incerto (contrato a termo incerto)								0
	Outras (avencas)							13	13
	TOTAL	0	2	4	29	92	3	13	143
2007	Comissão de Serviço		2						2
	CTFP por tempo Indeterminado (pessoal do Quadro)			10	26	76	3		115
	CTFP a termo resolutivo certo (contrato a termo certo)			7	3	15			25
	CTFP a termo resolutivo incerto (contrato a termo incerto)								0
	Outras (avencas)							8	8
	TOTAL	0	2	17	29	91	3	8	150
2008	Comissão de Serviço		2						2
	CTFP por tempo Indeterminado (pessoal do Quadro)			19	25	67	3		114
	CTFP a termo resolutivo certo (contrato a termo certo)			5	3	12			20
	CTFP a termo resolutivo incerto (contrato a termo incerto)								0
	Outras (avencas)							2	2
	TOTAL	0	2	24	28	79	3	2	138
2009	Comissão de Serviço		2						2
	CTFP por tempo Indeterminado (pessoal do Quadro)			20	22	65	3		110
	CTFP a termo resolutivo certo (contrato a termo certo)			6	3	10		1	20
	CTFP a termo resolutivo incerto (contrato a termo incerto)								0
	Outras (avencas)							2	2
	TOTAL	0	2	26	25	75	3	3	134
2010	Comissão de Serviço		6						6
	CTFP por tempo Indeterminado (pessoal do Quadro)			19	25	74	2	1	121
	CTFP a termo resolutivo certo (contrato a termo certo)			2	1	13			16
	CTFP a termo resolutivo incerto (contrato a termo incerto)								0
	Outras (avencas)							1	1
	TOTAL	0	6	21	26	87	2	2	144
2011	Comissão de Serviço		7						7
	CTFP por tempo Indeterminado (pessoal do Quadro)			20	26	75	1	1	123
	CTFP a termo resolutivo certo (contrato a termo certo)			3		17			19
	CTFP a termo resolutivo incerto (contrato a termo incerto)								0
	Outras (avencas)							1	1
	TOTAL	0	7	23	26	92	1	2	150
2012	Comissão de Serviço		6						6
	CTFP por tempo Indeterminado (pessoal do Quadro)			20	25	73	1	1	120
	CTFP a termo resolutivo certo (contrato a termo certo)			2		15			17
	CTFP a termo resolutivo incerto (contrato a termo incerto)								0
	Outras (avencas)							1	1
	TOTAL	0	6	22	25	88	1	2	144
2013	Comissão de Serviço		5						5
	CTFP por tempo Indeterminado (pessoal do Quadro)			19	26	75	1	1	122
	CTFP a termo resolutivo certo (contrato a termo certo)			4		6			10
	CTFP a termo resolutivo incerto (contrato a termo incerto)					3			3
	Outras (avencas)							1	1
	TOTAL	0	5	23	26	84	1	2	145
2014	Comissão de Serviço		3						3
	CTFP por tempo Indeterminado (pessoal do Quadro)			21	26	76	1	2	126
	CTFP a termo resolutivo certo (contrato a termo certo)			3	1				4
	CTFP a termo resolutivo incerto (contrato a termo incerto)					4			4
	Outras (avencas)							1	1
	TOTAL	0	3	24	27	80	1	3	142

Evolução dos Recursos Humanos

Da análise do Quadro 1 verifica-se que o número de trabalhadores ao Serviço da Câmara Municipal de Sousel em 2014 é inferior ao registado em 2005.

Para isto contribuiu a obrigatoriedade de redução de 3% de pessoal em 2012, acrescido de redução de 2% em 2013 e 2014 conforme é explicado mais adiante, objetivo que foi cumprido por via da aposentação e pela caducidade de contratos.

Porém, da mesma análise podem retirar-se algumas conclusões, nas quais se destacam:

- a) Aumento do número de trabalhadores com relação jurídica por tempo indeterminado, por contraposição a uma redução no número de trabalhadores com relação jurídica a título precário, sendo assim facilmente perceptível o esforço do executivo no combate à precariedade no emprego e uma aposta na especialização e profissionalização dos seus Recursos Humanos, nomeadamente no que se refere ao pessoal operacional e Técnico Superior;
- b) Abandono do recurso a contratos de avença para desenvolvimento de atividades permanentes dos serviços, eliminando por completo a utilização de mão-de-obra a “recibos verdes”. Mantem-se apenas o recurso a um advogado, dado que a Câmara Municipal não pode, neste caso, recorrer a trabalhadores com relação jurídica previamente constituída, por incompatibilidade de funções.
- c) Recurso a recrutamento de pessoal especializado e/ou com maior nível habilitacional, contribuindo para a introdução de um novo paradigma na administração pública local, onde a exigência e a profissionalização são “chave de ordem e de sucesso”.

Apesar da análise imediata destes fatores, importa também referir que a política de recursos humanos seguida pela autarquia introduziu uma nova dinâmica à organização, pois ao longo destes anos a abrangência de intervenção foi substancialmente melhorada e alargada.

Ao nível das competências da organização interna, os serviços foram apetrechados com mecanismos que dão resposta às necessidades de funcionamento e intervenção a própria autarquia, podendo destacar-se:

- a) Oficina de serralharia
- b) Oficina de eletricidade;
- c) Oficina de carpintaria
- d) Serviço de refeitório municipal;
- e) Reforço da equipa de intervenção em trabalhos diversos, com trabalhadores com nível etário inferior, otimizando desta forma a capacidade de ação;

No que se refere à assunção de novas competências, o Município de Sousel aumentou substancialmente o nível de áreas de intervenção, podendo destacar-se:



Intervenção no âmbito da proteção civil

A estrutura de proteção civil é dirigida por um Comandante Operacional Municipal e tem ainda uma equipa de sapadores florestais.

Os serviços de proteção civil visam prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, atenuar os seus efeitos, proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram. A equipa de sapadores florestais tem como objetivo manter as áreas florestais, caminhos rurais e bermas devidamente limpos, promovendo ações de prevenção, de vigilância, de apoio ao combate e de rescaldo pós-incêndio.

A equipa de sapadores florestais funciona ao abrigo de um protocolo de colaboração celebrado entre o Município de Sousel, o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. e a Autoridade Florestal Nacional, assegurando esta última entidade um apoio financeiro ao funcionamento da equipa de sapadores florestais, destinado a compartilhar parte dos encargos decorrentes da contratação de trabalhadores.



Atividades de enriquecimento curricular

Dando continuidade a uma política que aposta na educação, o Município de Sousel, em parceria com o Ministério da Educação e Ciência, com o Agrupamento de Escolas de Sousel e a Associação de Pais promove as atividades de enriquecimento curricular que visam ser um contributo para a formação global e diversificada dos alunos e regem-se pelo desenvolvimento de competências relacionadas com a cidadania, participação cívica, responsabilidade e autonomia. Ao mesmo tempo, constituem-se como atividades que assumem uma importância vital no despoletar de competências específicas nas

seguintes áreas: Ensino do Inglês, Oficina das Ciências, TIC's, Atividades Lúdico-expressivas e Atividade Física e Desportiva.



Atividades de âmbito social

O objetivo da admissão de um psicólogo foi, por um lado, criar uma maior interação com os recursos humanos na Organização, mas por outro, prestar apoio na integração social dos idosos de crianças com necessidades educativas especiais em organizações adequadas às suas necessidades;

O trabalho desenvolvido pelo psicólogo na área social permitiu ainda a dinamização da rede social, onde foram desenvolvidos diversos projetos, entre os quais se podem destacar a criação da Universidade Sénior, o Teatro Sénior, a Tuna Sénior e a Oficina da memória. De salientar que estes projetos foram desenvolvidos ao abrigo de parcerias estabelecidas com as diversas IPSS do concelho e com parceiros privados.



Atividades no âmbito de atividades de animação de apoio à família

Foi possível durante o exercício de 2014 dar continuidade aos serviços de componente de apoio à família com o prolongamento de horário escolar às crianças do ensino pré-escolar. Este serviço foi

integralmente assegurado por recursos humanos da autarquia e compreende todos os períodos para além das 5 horas educativas diárias, asseguradas pela Educadora de Infância.



Quadro 2

Estrutura etária

ESTRUTURA ETÁRIA	TOTAL
Menos de 20 anos	
20-24	
25-29	2
30-34	19
35-39	30
40-44	25
45-49	21
50-54	23
55-59	8
60-64	10
65-69	3
70 ou mais	
TOTAL	141

Na análise dos recursos humanos, uma vertente também interessante de abordar é a estrutura etária.

Da análise do quadro anterior verifica-se que os recursos humanos da autarquia são, na sua generalidade, bastante novos, situando-se em idades compreendidas entre os 30 e os 54 anos.

Apenas 13 dos trabalhadores possuem idade superior a 60 anos.

Pelo anteriormente exposto importa concluir que a política de Gestão de Recursos Humanos introduziu uma nova dinâmica na autarquia, aceitando-se a possibilidade de assegurar as funções desenvolvidas em 2005, com menos trabalhadores. Ainda assim, com o assumir de todas as novas competências elencadas foi possível em 2014 reduzir o número de trabalhadores.

Quadro 3

Despesas com Pessoal

Class	descrição	ano 2014	ano 2013	Varição 2013/2012
01	Despesas com o pessoal	2.425.904,58 €	2.485.450,63 €	- 59.546,05 €
0101	Remunerações certas e permanentes	1.858.466,64 €	1.934.171,88 €	- 75.705,24 €
010101	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	88.073,41 €	84.163,13 €	3.910,28 €
010104	Pessoal quadros-Regime contrato indiv. Trabalho	1.194.809,37 €	1.203.491,35 €	- 8.681,98 €
01010401	Pessoal em Funções	1.173.633,62 €	1.203.491,35 €	- 29.857,73 €
01010402	Alterações obrigatórias de posicionamento remunera	- €	- €	- €
01010403	Alterações facultativas de posicionamento remunera	- €	- €	- €
01010404	Recrutamento de Pessoal para novos postos de traba	21.175,75 €	- €	21.175,75 €
010106	Pessoal contratado a termo	81.234,99 €	93.660,58 €	- 12.425,59 €
01010601	Pessoal em funções	79.324,11 €	80.086,75 €	- 762,64 €
01010604	Recrutamento de Pessoal para novos postos de traba	1.910,88 €	13.573,83 €	- 11.662,95 €
010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	10.809,81 €	12.233,28 €	- 1.423,47 €
010108	Pessoal Aguardando Aposentação	2.855,47 €	675,65 €	2.179,82 €
010109	Pessoal em qualquer outra situação	72.195,29 €	72.169,52 €	25,77 €
01010901	Gabinete de Apoio Pessoal	72.195,29 €	72.169,52 €	25,77 €
01010902	Estágios	- €	- €	- €
01010903	POC's	- €	- €	- €
010110	Gratificações	- €	- €	- €
01011001	Membros dos órgãos autárquicos	- €	- €	- €
01011002	Pessoal dos Quadros	- €	- €	- €
010111	Representação	24.621,09 €	26.534,51 €	- 1.713,42 €
01011101	Membros dos órgãos autárquicos	19.965,92 €	20.019,83 €	- 53,91 €
01011102	Pessoal do quadro	4.855,17 €	6.514,68 €	- 1.659,51 €
010113	Subsídio de refeição	134.944,81 €	183.530,81 €	- 48.586,00 €
010114	Subsídio de férias e de Natal	244.369,54 €	256.421,08 €	- 12.051,54 €
010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	4.352,86 €	1.291,97 €	3.060,89 €
0102	Abonos variáveis ou eventuais	60.557,07 €	74.125,89 €	- 13.568,82 €
010202	Horas extraordinárias	14.814,37 €	18.397,17 €	- 3.582,80 €
010204	Ajudas de custo	10.996,63 €	19.663,71 €	- 8.667,08 €
010205	Abono para falhas	1.924,94 €	1.208,06 €	716,88 €
010210	Subsídio de trabalho nocturno	1.420,26 €	1.501,11 €	- 80,85 €
010211	Subsídio de turno	- €	- €	- €
010212	Indemnizações por cessação de funções	3.755,08 €	10.325,20 €	- 6.570,12 €
010213	Outros suplementos e prémios	13.559,26 €	11.641,63 €	1.917,63 €
01021301	Prémios de Desempenho	- €	- €	- €
01021302	Assembleia Municipal	9.948,67 €	7.707,10 €	2.241,57 €
01021303	Câmara Municipal	3.610,59 €	3.934,53 €	- 323,94 €
01021304	Outros	- €	- €	- €
010214	Outros abonos em numerário ou espécie	14.086,53 €	11.369,01 €	2.717,52 €
01021401	Trabalho em dia de descanso, complementar e feriad	14.086,53 €	11.369,01 €	2.717,52 €
0103	Segurança social	506.880,87 €	477.152,86 €	29.728,01 €
010301	Encargos com a saúde	53.582,70 €	54.892,37 €	- 1.309,67 €
010302	Outros encargos com a saúde	- €	- €	- €
010303	Subsídio familiar a criança e jovens	10.186,96 €	10.475,00 €	- 288,04 €
010304	Outras prestações familiares	- €	- €	- €
010305	Contribuições para a segurança social	424.270,94 €	378.221,80 €	46.049,14 €
01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	- €	- €	- €
01030502	Segurança social dos funcionários públicos	424.270,94 €	378.221,80 €	46.049,14 €
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	213.386,73 €	184.422,14 €	28.964,59 €
0103050202	Segurança social-Regime geral	210.884,21 €	193.799,66 €	17.084,55 €
010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	- €	- €	- €
010309	Seguros	18.761,22 €	21.147,38 €	- 2.386,16 €
010310	Outras despesas de segurança social	79,05 €	12.416,31 €	- 12.337,26 €

Da análise do mapa anterior, verificamos que em 2014 o município de Sousel reduziu as despesas com pessoal.

Porém, não podemos deixar de fazer uma análise dos fatores que conduziram a essa redução.

Conforme já foi amplamente explicado, introduziu-se uma melhoria significativa nos recursos humanos e na capacidade de intervenção do Município de Sousel.

Acresce que o Orçamento de Estado para 2014 impôs a obrigatoriedade de redução de 2% dos trabalhadores face aos existentes em 31 de dezembro de 2013.

Dado que o município de Sousel até 2009 procedeu a essa redução e a partir dessa data passou a admitir trabalhadores qualificados, em termos de evolução de Recursos Humanos ficou abrangido por aquela norma legal, tendo sido obrigado a reduzir 3 trabalhadores em 2014.

Quadro 4

Medidas de Empregabilidade

Programa	Encargos Suportados			2009	2010	2011	2012	2013	2014
	Valor da Bolsa	Subsídio Refeição	Seguros						
Poc Subsidiado		Sim	Sim	59	9				
Poc Carenciado		Sim	Sim	10					
Contrato Emprego Inserção (julho/2009)	20% valor do IAS	Sim	Sim	15	44	68	62	54	40
Contrato Emprego Inserção+ (julho/2009)	20% valor do IAS	Sim	Sim	10	26	17	22	27	19
Estágios Qualificação e Emprego (até Agosto/2010)	9º Ano - 25% de 1,25 IAS 12º Ano - 25% de 1,5 IAS			10	10				
Estágios Qualificação e Emprego (a partir de Setembro)	9º Ano - 50% de 1 x IAS 12º Ano - 50% de 1,5 IAS				4	6			
Estágios Formação e Qualificação	12º Ano - 50% de 1,6 IAS					2	2		
Contrato Emprego Inserção + (Pessoas Portadoras de deficiência)	10% IAS	sim	sim					1	4
Contrato Emprego e Inserção Património	100%	sim	sim					15	21
Passaporte Emprego	1º - 100% restantes 20%	sim	sim					8	7
Estágios Profissionais	20%	sim	sim					11	14
Totais				104	93	93	86	116	105

A partir do ano 2010 as receitas provenientes do orçamento de Estado foram fortemente reduzidas, mas os inúmeros constrangimentos provocados por estas medidas não foram impeditivos de a autarquia apoiar a população do concelho, socorrendo-se de outros mecanismos colocados à sua disposição, nomeadamente através da realização de contratos de emprego de inserção, contratos de emprego inserção + e estágios de qualificação emprego.

Recorde-se que, até final de 2008, sempre que as autarquias locais requisitavam pessoas ao IEFP, estas suportavam unicamente os encargos decorrentes do subsídio de refeição e do seguro, sendo a restante contrapartida suportada pelo IEFP.

A partir de 2009, com as medidas de empregabilidade lançadas pela administração central, as autarquias locais passaram a suportar uma percentagem da bolsa recebida pelos estagiários, para além das despesas já anteriormente suportadas, situação que onerou bastante os orçamentos já fragilizados.

O Município de Sousel, no âmbito da política de ação social, tem provido diversos estágios, destinados a pessoas com deficiência, atitude que ajuda na integração destas pessoas na sociedade.

Os “Estágios profissionais e os passaportes emprego possuem uma comparticipação de 20% suportado pela autarquia, sendo no caso do passaporte esta percentagem aplicada a partir do 2º estágio.

O mapa anterior é demonstrativo do apoio promovido pela Câmara Municipal de Sousel, no âmbito



das medidas de empregabilidade, apesar de durante o ano 2014 ter registado um decréscimo de 11 trabalhadores ocupados, por referência ao ano anterior.

Como se verifica a Câmara Municipal de Sousel apoiou de forma ativa as medidas de empregabilidade, apesar das sucessivas alterações legislativas que têm introduzido maior responsabilidade à autarquia nas participações dos encargos.

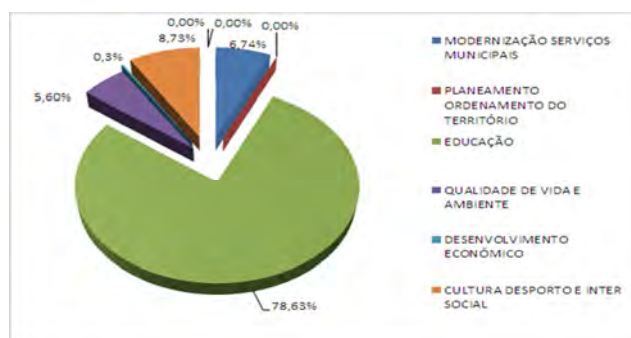
3.3. EXECUÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

Os quadros 5 e 6, bem como o gráfico 1 resumem as principais intervenções do município durante o ano de 2014.

Quadro 5

Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos - Ano 2014							
Designação	Montante Previsto			Montante executado		Execução	Execução
	Ano	Anos seguintes	Total	Ano	Total	Anual (%)	Global (%)
Aquisição e Beneficiação de Instalações dos Serviços	16.768	103.000	121.768	15.324	102.569	91	0,37
Aquisição e Reparação de Equipamentos dos Serviços	119.188	120.000	239.188	99.850	678.429	84	2,42
Aquisição e Reparação de Meios de Transporte	185.350	301.053	486.403	162.497	490.007	88	3,95
Ação Social - Refeitório Municipal	10	0	10	0	2.187	0	0,00
Elaboração de instrumentos de Planeamento	30	40.000	40.030	0	0	0	0,00
Equipamentos para as Escolas	20	40.000	40.020	0	23.510	0	0,00
Ação Social - Cantinas Escolares	21	40.000	40.021	0	18.948	0	0,00
Beneficiação de Edifícios Escolares	3.984.526	5.000	3.989.526	3.238.014	4.911.833	81	78,63
Apoio e Promoção Habitacional	8.725	10.000	18.725	8.574	526.118	98	0,21
Abastecimento de Água	59.910	60.000	119.910	40.053	319.778	67	0,97
Saneamento	2.148	20.000	22.148	2.110	105.003	98	0,05
Resíduos Sólidos e Urbanos	12.897	97.260	110.157	10.566	72.111	82	0,26
Ambiente	3.388	70.000	73.388	3.268	20.209	96	0,08
Equipamento Urbano	200	20.000	20.200	0	0	0	0,00
Arruamentos e Espaços Públicos	233.228	646.808	880.036	153.883	1.032.056	67	3,79
Rede Viária Municipal	41.580	260.000	301.580	8.762	62.916	21	0,21
Iluminação Pública	1.600	10.000	11.600	1.559	17.374	97	0,04
Zonas Industriais	87.191	329.293	416.484	11.929	27.229	14	0,29
Aquisição de Imóveis	80.093	2.073.000	2.153.093	0	116.000	0	0,00
Apoio à Indústria	100	0	100	0	0	0	0,00
Desenvolvimento Económico - Fileira da Carne	8	0	8	0	14.637	0	0,00
Intervenção Social	2.031	40.000	42.031	1.968	5.921	97	0,05
Cultura	383.791	93.000	476.791	322.991	654.877	84	7,84
Desporto	49.296	63.000	114.296	31.931	1.671.222	65	0,78
Turismo	36.073	40.000	76.073	0	61.500	0	0,00
Cultura, desporto, juventude e intervenção social	3.015	110.000	113.015	2.795	3.189	93	0,07
Saúde Proteção Civil e Segurança	220	80.000	80.220	0	2.000	0	0,00
Aplicação de Obrigações do OE 2014	200	0	200	0	0	0	0,00
Total Geral:	5.311.607	4.679.414	9.991.021	4.118.072	10.941.623	77,53	100,00

Gráfico 1



Relativamente à execução do PPI destacam-se, pela sua importância, os seguintes investimentos:

A beneficiação de edifícios escolares mobilizou cerca de 78,63% da execução do PPI, sendo a obra do Centro Escolar de Sousel a grande fonte de investimento em 2014.

Logo a seguir aparecem na execução a cultura, que mobiliza 7,84% do investimento, incluindo-se aqui a obra do Auditório da Biblioteca Municipal.

Os arruamentos e espaços públicos mobilizaram cerca de 3,79% da execução do PPI, com a obra do Bairro Martinho Chaveiro Rovisco Pais e da obra do Bar do Jardim.

A aquisição e reparação de equipamentos dos serviços tiveram também grande expressão durante o exercício de 2014 mobilizando cerca de 3 pontos percentuais do PPI.

Quadro 6

Execução anual das Atividades mais Relevantes

Execução Anual das Actividades mais Relevantes			Ano 2014
Descrição	Montante Previsto	Montante executado	Nível Execução Anual (%)
	Ano	Ano	
Aquisição e Reparação de Equipamentos dos Serviços	6.233	0	0,00
Aquisição e Reparação de Meios de Transporte	803	803	99,79
Refeitório Municipal	3.796	3.308	87,14
Intervenções Coercivas	50	0	0,00
Ação Social - Cantinas Escolares; Apoio às Escolas e Famílias	68.412	68.037	99,46
Resíduos Sólidos Urbanos	2.200	1.920	87,26
Protocolo RURALENTEJO	100	0	0,00
FAME - Apoio à Indústria	0	0	0,00
Desenvolvimento Económico	25.000	18.000	72,00
Intervenção Social	433.423	413.229	95,34
Cultura	104.973	97.076	92,48
Desporto	205.819	184.303	89,64
Cultura, Desporto, Juventude e Intervenção	135.961	107.272	78,89
Participação Supramunicipal	111.281	70.034	62,93
Natal do Município de Sousel	25.600	17.039	66,56
Saúde Protecção Civil e Segurança	68.418	65.838	96,26
Descentralização para Freguesias	21.000	21.000	100,00
Funcionamento Interno	132.347	113.803	85,99
Total Geral:	1.345.442	1.181.904	87,85

Relativamente às ações mais relevantes, as Grandes Opções do Plano indicavam uma despesa de 1.345.442 €. A execução atingiu 87,85 % num total de 1.181.904 €.

A intervenção social e a promoção das atividades desportivas constituíram as ações com maior relevância, absorvendo respetivamente um peso de 34,96% e 15,61% da execução das AMR.



Seguidamente aparece-nos a promoção das atividades culturais, juventude e intervenção, área onde a autarquia atuou de forma relevante, apresentando este programa um peso de 9,08% da execução das AMR.



3.4-FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Quadro 7

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DA RECEITA	Previsão 2014	Receita Cobrada 2014	Receita Cobrada 2013	Receita Cobrada 2012	Receita Cobrada 2011
Impostos directos	570.140	601.425	581.597	474.223	498.156
Impostos indirectos	15.000	22.603	10.203	19.872	7.264
Taxas multas e outras penalidades	47.700	31.888	41.378	50.615	55.866
Rendimentos de propriedade	310.320	360.960	308.004	230.077	362.665
Transferências correntes	3.170.833	3.045.938	2.931.188	2.796.550	2.914.591
Venda de bens e serviços correntes	750.650	737.547	795.759	783.005	462.842
Outras receitas correntes	6.900	9.200	23.153	47.294	24.252
Venda de bens de investimento	255.878	5.985	19.143	36.207	11.319
Transferências de capital	3.260.438	4.426.458	3.193.976	2.696.311	2.703.159
Activos financeiros	0	0	0	0	285.643
Passivos financeiros	165.953	165.953	0	331.000	528.700
Outras receitas de capital	111.756	34.420	0	17.597	0
Reposições não abatidas aos pagam.	12.100	946	12.622	2.387	12.795
Saldo da gerência anterior	211.227	211.227	443.534	475.104	229.327
TOTAL	10.888.895	9.654.549	8.360.558	7.960.241	8.096.579

Relativamente aos financiamentos obtidos importa efetuar uma análise sobre os principais elementos da receita:

1. Os impostos diretos cobrados em 2014 foram superiores aos cobrados em 2013, 2012 e 2011.
2. A crise económica que o país atravessa, refletiu-se na venda de bens de investimento que foi inferior ao verificado no ano 2013, 2012 e 2011.
3. Os impostos indiretos de 2014 sofreram uma subida em relação ao ano 2013, 2012 e 2011.
4. A venda de bens e serviços correntes atingiu um acréscimo substancial relativo ao valor de 2011 e um decréscimo por comparação a 2013 e 2012.
5. A maior e mais significativa fonte de financiamento da autarquia é registada pela transferência de fundos provenientes do Orçamento de Estado e fundos comunitários. Saliente-se que durante o ano 2014 a transferência de fundos provenientes do Orçamento de Estado sofreu um corte significativo que ascendeu a 545 mil euros por referência ao montante recebido em 2011.
6. No que diz respeito a taxas, multas e outras penalidades, este é um valor que no decorrer da crise económica tende em ser inferior de ano para ano.

4. ACTIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL

O presente ponto do relatório de gestão pretende transportar o leitor para a concreta atividade da Câmara Municipal exercida durante o exercício de 2014.

Nestes termos analisa-se o trabalho efetuado no âmbito da contabilidade de custos, o seu estágio de desenvolvimento, os projetos, limitações e coerência com a estratégia da Gestão.

4.1. CONTABILIDADE DE CUSTOS

Segue-se a apreciação na ótica dos custos, procedendo-se à análise dos principais bens e serviços, bem como à evolução conseguida no tratamento da conta segundo o critério da contabilidade de custos, definidos nos pontos 2.8.3.3 e 2.8.3.4 do POCAL.

A informação que resulta da contabilidade de custos deverá ser analisada como a melhor informação disponível tendo em consideração as limitações com que a Câmara Municipal se depara no contexto do tratamento da informação através do sistema AIRC. Contudo, considera-se que esta informação é útil no contexto da compreensão das atividades levadas a cabo pela Câmara Municipal e do esforço económico que as mesmas representam.

Serviços de Educação

F	SERVIÇOS	Materiais	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
212 2120	Transportes Escolares	- €	40.702,90 €	99.758,92 €	119,21 €	80,16 €	140.581,03 €	33,03%
212 2121	Refeitórios Escolares	4.266,40 €	55.592,77 €	3.927,16 €	73.402,11 €	3.402,96 €	137.188,44 €	32,23%
212 2122	Prolongamentos Escolares	373,47 €	27.276,10 €	- €	706,63 €	87,84 €	28.356,20 €	6,66%
212 2123	Actividades Enriquecimento Curricular	25,70 €	17.494,50 €	1.259,91 €	16.934,44 €	- €	35.714,55 €	8,39%
212 2124	Actividades Extra Curriculares e Outras	789,71 €	6,72 €	101,53 €	- €	- €	897,96 €	0,21%
212 2125	Escola de Música	330,22 €	9.041,38 €	440,68 €	15.764,89 €	1.465,90 €	25.577,17 €	6,01%
212 2127	Jardins de Infância	5.751,07 €	42.904,81 €	3.948,67 €	1.430,38 €	540,30 €	54.034,93 €	12,69%
212 2129	Prémios Escolares 2014	- €	- €	- €	3.302,34 €	- €	3.302,34 €	0,78%
EDUCAÇÃO - TOTAIS		11.536,57 €	193.019,18 €	109.436,87 €	111.660,00 €	5.577,16 €	425.652,62 €	100,00%
EDUCAÇÃO - TOTAIS %		2,71%	45,35%	25,71%	26,23%	1,31%	100,00%	

- O custo dos transportes escolares ascende a 140 mil €, valor bastante significativo no cômputo das despesas correntes



- Os custos com transportes escolares recaem sobretudo em custos com mão-de-obra e máquinas e viaturas que representam respetivamente 45% e 26% dos custos deste serviço.
- Os proveitos originados pelo centro de custos dos transportes escolares foram de 41,7 mil €.

- Os refeitórios escolares têm um custo de 137 mil €, onde grande parte dos custos é com pessoal.
- A venda de refeições escolares rondou os 27 mil €.



- As atividades de enriquecimento têm um custo de 36 mil €, onde os custos de pessoal e outros custos são os que mais contribuem para este valor.

F		BENS	Materiais	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
211	2100	Escola Primária Cano - Largo Rossio(Inv 290)	36,33 €	493,29 €	282,07 €	559,70 €	444,12 €	1.371,39 €	4,01%
212	2101	Pré-Primária Cano - Largo Rossio (Inv 63)	- €	16,08 €	8,43 €	489,14 €	373,56 €	513,65 €	1,50%
212	2102	Largo do Rossio(Cantina) - Cano F 64	- €	- €	- €	2.119,06 €	2.039,88 €	2.119,06 €	6,20%
212	2103	Escola Larg Dr Mâncio Canelas - C.Branca	- €	150,82 €	36,29 €	115,58 €	- €	302,69 €	0,89%
212	2104	Escola Primária C.Branca - F 40	74,34 €	916,98 €	199,82 €	5.128,10 €	5.012,52 €	6.319,24 €	18,48%
212	2105	Escola Primária de Almadafe	- €	- €	- €	531,74 €	416,16 €	531,74 €	1,56%
212	2106	Escola Primária St Amaro R.Visc.d'Asseca Inv 42	56,67 €	1.797,27 €	441,14 €	3.309,98 €	3.194,40 €	5.605,06 €	16,40%
212	2107	Jardim Infância Santo Amaro - Rua D.Maria Luísa	- €	- €	- €	1.561,56 €	1.561,56 €	1.561,56 €	4,57%
212	2108	Escola Primária Sousel (Junto Kurika) - Inv 17	371,51 €	139,26 €	25,29 €	4.393,71 €	3.444,24 €	4.929,77 €	14,42%
212	2109	Escola Primária Sousel (Junto Paralelo) - Inv 56	103,82 €	415,14 €	64,96 €	2.880,66 €	1.931,16 €	3.464,58 €	10,13%
212	2110	Escola de Vale de Freixo - Casa Branca	- €	- €	- €	74,64 €	74,64 €	74,64 €	0,22%
212	2111	Jardim de Infância de Cano - Inv 36	- €	- €	- €	2.557,56 €	2.557,56 €	2.557,56 €	7,48%
212	2112	Arranjos Exteriores - Escola EB1 de Sousel-Inv730	- €	- €	- €	1.470,36 €	1.470,36 €	1.470,36 €	4,30%
212	2113	B - Centro Escolar de Sousel	6,03 €	1.224,16 €	2.135,21 €	- €	- €	3.365,40 €	9,84%
EDUCAÇÃO - TOTAIS			648,70 €	5.153,00 €	3.193,21 €	25.191,79 €	22.520,16 €	34.186,70 €	100,00%
EDUCAÇÃO - TOTAIS %			1,90%	15,07%	9,34%	73,69%	65,87%	100,00%	

No que respeita aos bens do parque escolar, um custo significativo deve-se às amortizações dos edifícios, tendo estes um valor de 66% do total dos custos dos bens imóveis.



De salientar que, apesar do custo das amortizações, os estabelecimentos de ensino da responsabilidade do município encontram-se todos em bom estado de conservação.

F		SERVIÇOS	Materiais	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
232	2320	Refeitório Estaleiro Municipal	4.506,67 €	7.776,53 €	1.430,61 €	8.971,20 €	2.365,66 €	22.685,01 €	10,08%
232	2321	CPCJ - Funcionamento	364,10 €	14.551,60 €	154,98 €	1.337,38 €	275,00 €	16.408,06 €	7,29%
232	2322	Apoio Social	- €	19.718,09 €	8.012,00 €	- €	46,56 €	27.683,53 €	12,30%
232	2324	Apoio/Protocolo - Associações Sociais	55,74 €	1.641,20 €	521,59 €	97.039,71 €	- €	99.258,24 €	44,12%
232	2325	Projecto - Varinha Mágica	8.173,38 €	- €	- €	25,98 €	- €	8.199,36 €	3,64%
232	2326	Aulas de Hipoterapia	- €	316,29 €	522,69 €	- €	- €	838,98 €	0,37%
232	4335	S - Loja Social	689,88 €	807,41 €	150,83 €	874,30 €	178,52 €	2.522,42 €	1,12%
232	4342	Dadores de Sangue 2014	155,65 €	- €	- €	- €	- €	155,65 €	0,07%
232	4343	APPACDM - Transporte Alunos - Portalegre	- €	11.319,83 €	7.322,09 €	11.362,96 €	- €	30.004,88 €	13,34%
232	4374	Rede Social	862,10 €	221,76 €	1.425,79 €	532,41 €	- €	3.042,06 €	1,35%
232	4380	Projeto "Universidade Sénior"	- €	3.832,35 €	5,24 €	66,91 €	- €	3.904,50 €	1,74%
232	4384	Casa do Povo de Santo Amaro	- €	- €	- €	1.672,54 €	- €	1.672,54 €	0,74%
232	4387	CAOS-Centro Atividades Ocupacionais de Sousel-Cano	- €	6.052,62 €	3,21 €	- €	- €	6.055,83 €	2,69%
232	4389	Cabazes Natal	2.551,42 €	- €	- €	- €	- €	2.551,42 €	1,13%
ACÇÃO SOCIAL - TOTAIS			17.358,94 €	66.237,68 €	19.549,03 €	121.836,83 €	2.819,18 €	224.982,48 €	100,00%
ACÇÃO SOCIAL - TOTAIS %			7,72%	29,44%	8,69%	54,15%	1,25%	100,00%	

- O refeitório municipal apresenta um custo de mais de 22 mil €, sendo 4,5 mil € de custos com materiais e 7,7 mil € com mão-de-obra.
- Os proveitos do refeitório municipal foram de 5,8 mil €.
- Os valores protocolados com instituições sociais ascenderam em 2014 a 99 mil euros €, nos quais se incluem os protocolos celebrados com a Santa Casa da Misericórdia de Sousel (apoio à construção da valência de lar de idosos), com o Centro Social Adriano Rovisco Santos

(construção de uma garagem de viaturas), com a Santa Casa da Misericórdia de Cano (Apoio a Cresce), com a construção e equipamento do mini-lar da Comissão de Melhoramentos do Concelho de Sousel.

F		BENS	Materiais	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
242		Estradas e Caminhos Municipais	1.146,70 €	11.327,22 €	21.348,29 €	319.943,06 €	318.774,06 €	353.765,27 €	40,29%
242		Arruamentos no Concelho	814,21 €	13.587,76 €	10.061,67 €	499.755,29 €	490.515,47 €	524.218,93 €	59,71%
		ORDENAMENTO TERRITÓRIO - TOTAIS	1.960,91 €	24.914,98 €	31.409,96 €	819.698,35 €	809.289,53 €	877.984,20 €	100,00%
		ORDENAMENTO TERRITÓRIO - TOTAIS %	0,22%	2,84%	3,58%	93,36%	92,18%	100,00%	

No que diz respeito à rede viária, a mesma constitui o principal centro de custos da autarquia, pois o valor das amortizações ascende a 809 mil €, cerca de 92% do valor total desta despesa.

F		SERVIÇOS	Materiais	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
243	2430	Rede Esgotos Concelho	89,87 €	1.833,05 €	1.714,86 €	-	227,21 €	3.410,57 €	2,23%
243	2431	Limpeza Fossas Concelho	34,87 €	123,65 €	1.733,46 €	-	-	1.891,98 €	1,24%
243	2432	Recolha/Tratamento Efluentes ETAR'S	-	-	-	144.902,34 €	-	144.902,34 €	94,82%
243	2433	Águas Pluviais	161,80 €	724,61 €	133,31 €	1.598,52 €	1.598,52 €	2.618,24 €	1,71%
		SANEAMENTO - TOTAIS	286,54 €	2.681,31 €	3.581,63 €	146.273,65 €	2.356,68 €	152.823,13 €	100,00%
		SANEAMENTO - TOTAIS %	0,19%	1,75%	2,34%	95,71%	1,54%	100,00%	

F		BENS	Materiais	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
243	1243	Rede Saneamento Sousel	111,32 €	1.886,11 €	901,40 €	27.421,09 €	26.908,92 €	30.319,92 €	37,15%
243	2243	Rede Saneamento Cano	237,32 €	2.586,36 €	1.003,07 €	20.786,83 €	20.270,40 €	24.613,58 €	30,16%
243	3243	Rede Saneamento Casa Branca	-	822,95 €	279,06 €	19.434,97 €	18.922,80 €	20.536,98 €	25,17%
243	4243	Rede Saneamento Santo Amaro	5,06 €	208,32 €	12,47 €	3.959,05 €	3.446,88 €	4.184,90 €	5,13%
243	5243	Rede Saneamento Almadafé	43,63 €	-	-	739,25 €	679,80 €	782,88 €	0,96%
243	7243	ETAR-(Est.T.Águas Residuais)Z.Industrial-Sousel	63,81 €	-	16,24 €	-	-	80,05 €	0,10%
243	9311	B - ETAR - (Est. T. Águas Residuais) - Almadafé	91,65 €	727,29 €	270,19 €	-	-	1.089,13 €	1,33%
		SANEAMENTO - TOTAIS	552,79 €	6.231,03 €	2.482,43 €	72.341,19 €	70.228,80 €	81.607,44 €	100,00%
		SANEAMENTO - TOTAIS %	0,68%	7,64%	3,04%	88,65%	86,06%	100,00%	

F		BENS	Materiais	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
244	0244	Reservatório R1 e R1/A - Serra de Sousel	-	-	-	3.973,92 €	3.973,92 €	3.973,92 €	1,36%
244	0294	Reservatório Água - R3 - Santo Amaro	-	-	-	5.444,28 €	5.444,28 €	5.444,28 €	1,87%
244	1024	Rede Baixa Distr Água Concelho Sousel	-	-	-	85.662,61 €	85.337,88 €	85.662,61 €	29,42%
244	1124	EN n.º.372 - Depósito de Água - Cano	-	-	-	487,56 €	487,56 €	487,56 €	0,17%
244	1224	Depósito Água de Casa Branca	2,90 €	-	19,88 €	574,80 €	574,80 €	597,58 €	0,21%
244	1244	Rede Águas Sousel	1.889,63 €	2.725,51 €	1.122,86 €	26.611,31 €	26.424,94 €	32.349,31 €	11,11%
244	1324	Depósito Água B.Pandina - Stº.Amaro	-	-	-	125,52 €	125,52 €	125,52 €	0,04%
244	1424	Depósito Água - Santo Amaro	24,41 €	221,65 €	211,83 €	300,96 €	300,96 €	758,85 €	0,26%
244	1524	Depósito Água Subterrâneo - Sousel	123,10 €	340,62 €	89,36 €	714,42 €	714,42 €	1.267,50 €	0,44%
244	1624	Horta da Roda(3 Cabin. Vigil/Água) - Sousel	19,33 €	745,95 €	273,79 €	500,24 €	500,24 €	1.539,31 €	0,53%
244	1724	Largo do Castelo(Depósito de Água) - Sousel	-	26,54 €	6,91 €	525,96 €	525,96 €	559,41 €	0,19%
244	1824	Serra S.Bartolomeu(Depósito Água) - Sousel	12,77 €	-	-	247,80 €	247,80 €	260,57 €	0,09%
244	1924	Hidropneumático-B. Dr Fran. Sá Carneiro - Sousel	-	-	-	455,88 €	455,88 €	455,88 €	0,16%
244	2024	Furo em Almadafé - Casa Branca	-	117,02 €	16,86 €	-	-	133,88 €	0,05%
244	2124	Reservatório de Água(R2A) - M do Outeiro	-	-	-	5.899,32 €	5.899,32 €	5.899,32 €	2,03%
244	2224	Tanque Municipal(Junto ao Monte do Benavente)	18,32 €	-	-	609,60 €	609,60 €	627,92 €	0,22%
244	2244	Rede Águas Cano	602,72 €	3.696,12 €	1.576,25 €	11.655,96 €	11.655,96 €	17.531,05 €	6,02%
244	2324	Tanque Municipal(Junto à Rua do Nascente)	18,20 €	-	-	86,52 €	86,52 €	104,72 €	0,04%
244	2624	Tanques Municipais Novos(Est. Circunvalação)	73,90 €	187,55 €	-	-	-	261,45 €	0,09%
244	2724	Balneários de Vale de Freixo	77,76 €	332,42 €	-	132,48 €	132,48 €	542,66 €	0,19%
244	2824	Balneários de Almadafé	102,06 €	312,95 €	-	103,20 €	103,20 €	518,21 €	0,18%
244	3244	Rede Águas Casa Branca	1.172,24 €	2.492,74 €	1.113,33 €	9.121,08 €	9.121,08 €	13.899,39 €	4,77%
244	4244	Rede Águas Santo Amaro	220,93 €	1.642,11 €	689,43 €	7.868,76 €	7.868,76 €	10.421,23 €	3,58%
244	5244	Rede Águas Almadafé	6,55 €	-	-	8.968,97 €	6.353,88 €	8.975,52 €	3,08%
244	6244	Central das Romeiras	297,38 €	-	-	10.180,51 €	10.180,51 €	10.477,89 €	3,60%
244	7244	Furo Anexo Central Romeiras - Cano	500,85 €	-	-	791,92 €	791,92 €	1.292,77 €	0,44%
244	9244	Rede Alta/Reservatóri Distr Água Concelho Sousel	-	-	-	66.984,65 €	64.300,08 €	66.984,65 €	23,01%
244	9260	Tanque Municipal de Santo Amaro	25,84 €	-	-	142,92 €	142,92 €	168,76 €	0,06%
244	9305	Telegestão - Abastecimento de Água	-	-	-	19.846,92 €	19.846,92 €	19.846,92 €	6,82%
		ÁGUA - TOTAIS	5.188,89 €	12.841,18 €	5.120,50 €	268.018,07 €	262.207,31 €	291.168,64 €	100,00%
		ÁGUA - TOTAIS %	1,78%	4,41%	1,76%	92,05%	90,05%	100,00%	

- Os custos com o saneamento ascendem a 234 mil €, dos quais 145 mil € correspondem a serviços prestados no tratamento



de efluentes pelas Águas do Norte Alentejano e 73 mil € de amortizações.

- Do lado dos proveitos, o saneamento gerou um proveito de 210,2 mil €.

F	SERVIÇO	Materiais	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
244	2440 Serviço Águas Concelho	1.804,16 €	43.276,85 €	4.550,73 €	305.486,03 €	4.350,95 €	355.117,77 €	83,70%
244	2441 Instalação Contadores Concelho	722,85 €	1.090,46 €	195,99 €	- €	- €	2.009,30 €	0,47%
244	2442 Central Romeiras - Funcionamento	15.154,23 €	33.190,14 €	15.018,34 €	2.568,11 €	2.428,00 €	65.930,82 €	15,54%
244	2443 Limp Tanques/Balneários/Lago	12,42 €	286,50 €	115,46 €	821,57 €	36,24 €	1.235,95 €	0,29%
ÁGUA - TOTAIS		17.693,66 €	77.843,95 €	19.880,52 €	308.875,71 €	6.815,19 €	424.293,84 €	100,00%
ÁGUA - TOTAIS %		4,17%	18,35%	4,69%	72,80%	1,61%	100,00%	

Quanto aos custos de funcionamento do serviço de águas, foi apurado um valor de 715 mil €, incluindo o valor das faturas emitidas pelas Águas do Norte Alentejano pelo suposto abastecimento de água. De salientar que estas faturas encontram-se em processo de injunção e estão a ser faturadas pelas Águas do Norte Alentejano ao abrigo do contrato-programa, sem que a água esteja a ser objeto de fornecimento. Todas as faturas são registadas em provisão, mas imediatamente devolvidas à ADNA, por se considerar que esta faturação não deveria ser emitida.



- Dos 268 mil € de outros custos imputados aos imóveis da água, 262 mil € correspondem a custos de amortização.
- De referir que a receita da venda de água foi de 275,7 mil €.

F	SERVIÇOS	Materiais	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
245	2450 Recolha Municipal (RSU)	630,75 €	56.420,89 €	48.758,66 €	1.475,51 €	1.475,51 €	107.285,81 €	46,46%
245	2452 Custos c/ VALNOR	- €	6.054,44 €	6.587,19 €	95.406,01 €	- €	108.047,64 €	46,79%
245	2453 Limpeza das Vias Públicas	393,07 €	12.356,55 €	2.590,54 €	223,08 €	223,08 €	15.563,24 €	6,74%
RSU'S - TOTAIS		1.023,82 €	74.831,88 €	57.936,39 €	97.104,60 €	1.698,59 €	230.896,69 €	100,00%
RSU'S - TOTAIS %		0,44%	32,41%	25,09%	42,06%	0,74%	100,00%	

- O serviço de recolha de RSU apresenta um custo total de 231 mil €, correspondendo 95,4 mil € a despesas com a Valnor e o restante valor proveniente da componente de recolha e limpeza pública. O custo com a Valnor representa cerca de 41 % do valor total da despesa.
- Os custos mais significativos correspondem a mão-de-obra – 74,8 mil € e máquinas 57,9 mil €.
- De referir que a receita dos RSU'S foi de 226 mil €.



F		BENS	Materiais	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
251	0251	Biblioteca	670,66 €	261,01 €	22,44 €	36.592,84 €	4.291,44 €	37.546,95 €	49,65%
251	1251	Centro Social, Cultural e Polivalente de Sousel	321,33 €	359,85 €	21,04 €	18.604,51 €	18.604,51 €	19.306,73 €	25,53%
251	4251	Suportes de Publicidade e Propaganda	24,41 €	113,70 €	20,15 €	- €	- €	158,26 €	0,21%
251	6251	Palco - C/Estrado 2 mts x 1 mt	15,24 €	- €	- €	881,40 €	881,40 €	896,64 €	1,19%
251	7251	Bancada em 5 Filas C/Cadeiras (Inv 21791)	188,28 €	- €	- €	6.125,88 €	6.125,88 €	6.314,16 €	8,35%
251	8251	Palco Amovível, Metálico C/Toldo (Inv 17580)	681,19 €	49,00 €	53,27 €	- €	- €	783,46 €	1,04%
251	9302	B-Quiosque C.Social, Cultural e Polivalente	26,76 €	- €	56,06 €	10.448,37 €	9.848,46 €	10.531,19 €	13,93%
251	9319	B - Bancos e Mesas para Eventos	- €	65,36 €	16,84 €	- €	- €	82,20 €	0,11%
		CULTURA - TOTAIS	1.927,87 €	848,92 €	189,80 €	72.653,00 €	39.751,69 €	75.619,59 €	100,00%
		CULTURA - TOTAIS %	2,55%	1,12%	0,25%	96,08%	52,57%	100,00%	

- Dos 75 mil € de custos imputados aos equipamentos culturais, 52% correspondem a custos de amortização.

F		SERVIÇOS	Materiais	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
251	2507	Eventos de Cultura	5.367,90 €	27.613,60 €	7.049,79 €	41.076,30 €	1.854,03 €	81.107,59 €	28,70%
251	2510	Serviço na Biblioteca	775,50 €	42.978,25 €	908,23 €	7.135,24 €	1.907,09 €	51.797,22 €	18,33%
251	2511	Centro Social, Cultural e Polivalente Sousel	410,35 €	2.340,01 €	1.259,14 €	2.454,74 €	220,80 €	6.464,24 €	2,29%
251	2512	Museu	279,46 €	35.935,46 €	217,43 €	1.030,92 €	1.030,92 €	37.463,27 €	13,26%
251	2513	Apoio/Protocolo - Ass. Culturais	5.230,94 €	3.475,78 €	14.865,47 €	72.409,14 €	- €	95.981,33 €	33,96%
251	2519	Exposições/Eventos (Equipamento)	134,00 €	- €	66,00 €	- €	- €	200,00 €	0,07%
251	4307	Jardim do C.Social, Cult e Polivalente Sousel	69,26 €	9.357,60 €	- €	153,36 €	153,36 €	9.580,22 €	3,39%
		CULTURA - TOTAIS	12.267,41 €	121.700,70 €	24.366,06 €	124.259,70 €	5.166,20 €	282.593,87 €	100,00%
		CULTURA - TOTAIS %	4,34%	43,07%	8,62%	43,97%	1,83%	100,00%	

- Quanto aos custos de funcionamento, foi apurado um valor de 121,7 mil € de custos com pessoal, dos quais 42,9 mil € relativos ao funcionamento da Biblioteca e 35,9 mil € relativos a funcionamento do Museu.

F		SERVIÇOS	Materiais	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
252	0252	Complexo Desportivo Municipal(Relev.Sintético)	187,51 €	21.350,45 €	849,28 €	12.591,90 €	458,76 €	34.979,14 €	5,85%
252	2520	Pavilhão e Piscina - Funcionamento	38.535,64 €	90.154,43 €	4.490,35 €	64.977,10 €	10.416,86 €	198.157,52 €	33,16%
252	2522	Apoio/Protocolo - Assoc Desportivas	91,08 €	10.321,32 €	18.815,21 €	116.041,62 €	- €	145.269,23 €	24,31%
252	4355	S - Piscinas Descobertas - Complexo Desportivo	438,15 €	191,79 €	57,30 €	2.803,01 €	999,24 €	3.490,25 €	0,58%
252	2523	Actividades Desporto, Recreio e Lazer	26.131,85 €	88.255,82 €	31.674,72 €	69.569,43 €	36,36 €	215.631,82 €	36,09%
		DESPORTO - TOTAIS	65.384,23 €	210.273,81 €	55.886,86 €	265.983,06 €	11.911,22 €	597.527,96 €	100,00%
		DESPORTO - TOTAIS %	10,94%	35,19%	9,35%	44,51%	1,99%	100,00%	

F		BENS	Materiais	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
252	0252	Pavilhão e Piscina - Manutenção e Beneficiação	1.572,39 €	745,59 €	119,46 €	7.794,43 €	7.513,92 €	10.231,87 €	8,31%
252	1252	Complexo Desportivo Municipal(Relev. Sintético)	168,46 €	234,64 €	42,51 €	74.555,53 €	63.861,98 €	75.001,14 €	60,94%
252	2252	Campo Polidesportivo de Stº. Amaro(Inv 501)	13,80 €	- €	11,47 €	3.716,04 €	3.716,04 €	3.741,31 €	3,04%
252	3252	Parques Infantis	4,49 €	- €	- €	9.839,05 €	8.128,85 €	9.843,54 €	8,00%
252	4252	Mini Campo Futebol Sintético - C.Branca	- €	- €	- €	5.606,88 €	5.606,88 €	5.606,88 €	4,56%
252	9259	Polidesportivo Cano	- €	- €	- €	737,88 €	737,88 €	737,88 €	0,60%
252	9301	Piscinas Descobertas Sousel - C. Desportivo	29,34 €	- €	- €	14.272,11 €	14.272,11 €	14.301,45 €	11,62%
252	9314	Campo Polidesportivo(Bombeiros Sousel)	- €	- €	- €	3.613,56 €	3.613,56 €	3.613,56 €	2,94%
		DESPORTO - TOTAIS	1.788,48 €	980,23 €	173,44 €	120.135,48 €	107.451,22 €	123.077,63 €	100,00%
		DESPORTO - TOTAIS %	1,45%	0,80%	0,14%	97,61%	87,30%	100,00%	

- O custo de amortização de equipamento desportivo é de 119 mil €.
- Foi apurado um custo de funcionamento dos serviços de desporto de 359 mil €, grande parte associada ao funcionamento do Pavilhão e Piscina, que ascendeu a 198 mil €.
- Quanto aos proveitos obtidos no desporto foram de 15,5 mil €.



F	SERVIÇOS	Materials	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
111	0001 Assembleia Municipal	100,39 €	54,43 €	159,04 €	591,87 €	235,51 €	905,73 €	0,05%
111	0002 Presidência	7,89 €	125.798,40 €	35.914,48 €	30.088,68 €	2.402,21 €	191.809,45 €	10,92%
111	0003 Gabinete de Apoio à Presidência	2.275,05 €	64.739,71 €	27.677,49 €	17.700,50 €	1.234,89 €	112.392,75 €	6,40%
111	0004 Div. Modernização Adm e Comunicação	575,68 €	- €	14,76 €	90,29 €	- €	680,73 €	0,04%
111	0005 Serviço de Informática	981,41 €	82.706,40 €	355,09 €	81.233,55 €	60.554,33 €	165.276,45 €	9,41%
111	0006 Imagem e Comunicação	1.095,86 €	47.741,52 €	1.309,75 €	7.768,49 €	160,98 €	57.915,62 €	3,30%
111	0007 Atendimento aos Cidadãos	1.488,58 €	88.274,01 €	95,44 €	11.855,69 €	6.905,28 €	101.713,72 €	5,79%
111	0008 Divisão Administrativa e Financeira	327,06 €	57.002,40 €	39,26 €	39.902,35 €	846,12 €	97.271,07 €	5,54%
111	0009 Adm, Expediente Geral e Arquivo	- €	39.176,55 €	124,13 €	21.651,68 €	986,23 €	60.952,36 €	3,47%
111	0010 Gestão de Recursos Humanos	354,75 €	17.119,20 €	65,26 €	- €	- €	17.539,21 €	1,00%
111	0011 Serv. Jurídico, Cont, Exec e Cont Ord e Cobrança	20,82 €	23.402,40 €	5,24 €	10.911,39 €	- €	34.339,85 €	1,95%
111	0012 Contabilidade e Finanças	1.153,70 €	101.808,00 €	- €	8.697,90 €	586,99 €	111.659,60 €	6,35%
111	0013 Aprovisionamento e Património	1.207,29 €	47.376,00 €	15,49 €	8.517,27 €	406,61 €	57.116,05 €	3,25%
111	0014 Tesouraria	397,94 €	14.061,60 €	- €	2.464,66 €	2.096,88 €	16.924,20 €	0,96%
111	0015 Reaprovisionamento	114,47 €	- €	- €	242,48 €	242,48 €	356,95 €	0,02%
111	0016 Serviços Administrativos DUAQ	544,35 €	33.575,72 €	22,10 €	4.494,86 €	788,45 €	38.637,03 €	2,20%
111	0017 Serviço de Fiscalização	- €	21.292,36 €	1.057,33 €	- €	- €	22.349,69 €	1,27%
111	0018 Gabinete Técnico	617,20 €	58.304,50 €	454,68 €	371,73 €	371,73 €	59.748,11 €	3,40%
111	0019 Sector de Gestão Urbanística	76,23 €	64.176,00 €	21,39 €	1.104,48 €	- €	65.378,10 €	3,72%
111	0020 Sector de Planeamento	127,09 €	6.449,59 €	14,26 €	8.118,00 €	- €	14.708,94 €	0,84%
111	0021 Sector de Ambiente e Qualidade	192,43 €	- €	- €	- €	- €	192,43 €	0,01%
111	0024 Divisão de Obras e Serviços Urbanos	- €	35.548,80 €	1.393,28 €	1.735,93 €	327,24 €	38.678,01 €	2,20%
111	0025 Parque de Máquinas - Funcionamento	150,15 €	6.495,83 €	1.582,35 €	3.591,75 €	3.472,01 €	11.820,08 €	0,67%
111	0026 Oficina Electricidade	968,50 €	1.730,58 €	473,19 €	437,34 €	339,27 €	3.609,61 €	0,21%
111	0027 Serviço de Portaria	22,32 €	- €	- €	- €	- €	22,32 €	0,00%
111	0028 Serviço Mecânica - Oficina Auto	844,65 €	888,77 €	78,39 €	774,84 €	774,84 €	2.586,65 €	0,15%
111	0029 Serviço de Serralharia	882,84 €	34,25 €	123,33 €	252,80 €	62,59 €	1.293,22 €	0,07%
111	0030 Serviço de Rede Viária	1.723,23 €	- €	- €	- €	- €	1.723,23 €	0,10%
111	0031 Serviço de Alumínios	35,95 €	196,08 €	56,80 €	666,89 €	205,92 €	955,72 €	0,05%
111	0032 Transporte Pessoal p/Estaleiro	- €	1.353,80 €	10.652,47 €	- €	- €	12.006,27 €	0,68%
111	0033 Transp. Materiais/Máquinas-Diversos	29,52 €	3.235,31 €	10.432,74 €	- €	- €	13.697,57 €	0,78%
111	0034 Trabalhos por Conta de Particulares	- €	25,00 €	131,90 €	- €	- €	156,90 €	0,01%
111	0035 Div Turismo, Cult, Desporto, Juv e R.Social	3.040,78 €	71.279,49 €	639,73 €	7.256,56 €	- €	82.216,56 €	4,68%
111	0036 Edifício da Câmara Municipal	1.587,96 €	19.072,67 €	154,94 €	36.719,21 €	186,64 €	57.534,78 €	3,27%
111	0037 Formações	- €	785,74 €	424,20 €	15.282,30 €	- €	16.492,24 €	0,94%
111	0038 Serviços Municipais - Geral	- €	- €	- €	202,63 €	109,44 €	202,63 €	0,01%
111	0039 Div. de Águas, Saneamento e Resíduos	162,67 €	41.937,00 €	1.228,89 €	11.555,07 €	- €	54.883,63 €	3,12%
111	0040 Armazém - Quintal do Arneiro - Funcionamento	1.834,18 €	22.160,66 €	532,35 €	8.360,91 €	4.648,83 €	32.888,10 €	1,87%
111	0041 Div. Educação, A.Social, Saúde e Habitação	237,37 €	86.032,39 €	791,78 €	1.149,66 €	291,34 €	88.211,20 €	5,02%
111	0044 Apoio às Juntas de Freguesia	113,82 €	2.868,16 €	1.386,17 €	24.905,06 €	- €	29.273,21 €	1,67%
111	0045 Publicidade (Obras no Concelho)	- €	209,96 €	31,16 €	- €	- €	241,12 €	0,01%
111	0046 Espaço Internet	10,58 €	- €	- €	169,72 €	151,82 €	180,30 €	0,01%
111	0047 Serviço de Carpintaria	1.248,76 €	- €	36,69 €	1.220,20 €	1.220,20 €	2.505,65 €	0,14%
111	0050 Serviço de Calçada	91,92 €	- €	12,31 €	- €	- €	104,23 €	0,01%
111	0051 CIMAA - Quotização Mensal	- €	- €	- €	14.440,56 €	- €	14.440,56 €	0,82%
111	0052 ADPD - Ass Desenv. Portalegre Digital - Quotização	- €	- €	- €	3.600,37 €	- €	3.600,37 €	0,20%
111	0054 GADE - Gab. Apoio Desenvolvimento Económico	199,40 €	47.107,20 €	66,53 €	1.458,11 €	173,64 €	48.831,24 €	2,78%
111	0055 Serviço de Pintura Auto	77,57 €	51,41 €	40,31 €	872,40 €	872,40 €	1.041,69 €	0,06%
111	0057 ANMP - Ass. Nacional de Municípios Portugueses	- €	- €	- €	4.218,00 €	- €	4.218,00 €	0,24%
111	4378 Div Águas, Saneamento, Resíduos e Obras Municipais	160,15 €	1.089,49 €	4.291,38 €	242,40 €	- €	5.783,42 €	0,33%
ADMINISTRAÇÃO GERAL - TOTAIS		25.080,51 €	1.235.161,38 €	101.906,08 €	394.918,58 €	90.654,87 €	1.757.066,55 €	100,00%
ADMINISTRAÇÃO GERAL - TOTAIS %		1,43%	70,30%	5,80%	22,48%	5,16%	100,00%	

- A análise que se segue corresponde ao apuramento dos custos dos serviços municipais.
- Embora registando assinaláveis avanços na classificação dos custos, a dificuldade sentida provém grande parte das vezes de limitações ao nível do próprio programa utilizado (Programa AIRC) que, devido à rigidez da sua conceção, não permite melhores resultados.

- Contudo, não obstante esse facto, durante o ano 2014 foi melhorada a forma de distribuição e apuramento de custos, nomeadamente de custos com pessoal, sendo de igual forma elaborada uma matriz de imputação de custos gerais de energia;
- Desta forma é possível ter uma noção dos principais custos associados aos serviços administrativos e técnicos, com relevância para os custos com pessoal que ascendem a 1,2 milhões de €, bem como os custos com aquisição de serviços que representam o grosso dos 394,9 mil € apurados em outros custos.
- Para eventuais decisões, ao nível da gestão, sobre a natureza dos custos associados a cada serviço recomenda-se a leitura do Balancete por Serviços, desagregado por custos de materiais e por outros custos diretos com movimentos a resultados.

F	RESUMO POR FUNÇÃO	VALOR TOTAL C/CUST. INDIRETOS	PESO %
111	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.838.271,30 €	26,62%
242	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	990.504,30 €	14,34%
244	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	794.710,69 €	11,51%
252	DESPORTO, RECREIO E LAZER	747.781,10 €	10,83%
212	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	443.884,67 €	6,43%
251	CULTURA	372.256,35 €	5,39%
245	RESÍDUOS SÓLIDOS	295.958,80 €	4,29%
243	SANEAMENTO	254.655,21 €	3,69%
232	ACÇÃO SOCIAL	243.299,95 €	3,52%
121	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	199.570,99 €	2,89%
320	INDÚSTRIA E ENERGIA	193.213,04 €	2,80%
246	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO NATUREZA	109.037,57 €	1,58%
430	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	71.543,15 €	1,04%
310	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	68.873,49 €	1,00%
211	ENSINO NÃO SUPERIOR	54.969,70 €	0,80%
241	HABITAÇÃO	53.582,11 €	0,78%
350	OUTRAS FUNÇÕES E ECONÓMICAS	48.718,17 €	0,71%
341	MERCADOS E FEIRAS	41.750,54 €	0,60%
221	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	29.926,49 €	0,43%
253	OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	24.966,26 €	0,36%
331	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	17.308,43 €	0,25%
330	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	10.946,12 €	0,16%
340	COMERCIO E TURISMO	- €	0,00%
342	TURISMO	- €	0,00%
TOTAL		6.905.728,43 €	100,0%

Ainda assim, pode concluir-se com alguma margem de segurança que os custos apurados na contabilidade analítica correspondem à planificação inicial da gestão. Contudo, não podemos deixar de referir que os custos de amortizações influenciam substancialmente os resultados.

5. DÍVIDA TOTAL

O endividamento autárquico deve orientar-se por princípios de rigor e eficiência, prosseguindo determinados objetivos, entre os quais importa destacar:

- a) Minimização de custos diretos e indiretos numa perspetiva de longo prazo;
- b) Garantia de uma distribuição equilibrada de custos pelos vários orçamentos anuais;
- c) Prevenção de excessiva concentração temporal de amortizações
- d) Não exposição a riscos excessivos.

O cumprimento destes objetivos visa sobretudo a solidariedade recíproca e a equidade intergeracional.

Em 01 de Janeiro de 2014 entrou em vigor o novo regime financeiro das autarquias locais, que veio alterar substancialmente o conceito de endividamento, tal como era entendido até então.

Assim, passou a existir um novo conceito – Dívida Total – a qual, nos termos previstos no artigo 52º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, incluindo no cálculo as entidades previstas no artigo 54.º do mesmo diploma legal, isto é, a dívida da Comunidade Intermunicipal, associações municipais constituídas ao abrigo do direito público ou privado, as empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e as entidades de outra natureza participadas não exclusivamente por municípios desde que tenham por objeto a prossecução das atribuições e competências destes.

A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Acresce que as entidades que cumpram o limite da dívida total, só podem aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios, nos termos previstos no artigo 52º do Regime financeiro das autarquias locais.

Para uma correta análise dos limites legais da dívida total apresenta-se o Quadro 8, cuja análise faz parte integrante do presente relatório.

Quadro 8

Receita Corrente	
Ano 2011	4.325.636,13 €
Ano 2012	4.401.636,36 €
Ano 2013	4.691.281,85 €
Soma 3 Anos	13.418.554,34 €
Média dos 3 Anos	4.472.851,45 €
Média dos 3 Anos x 1,5	6.709.277,17 €
Calculo da Divida Total	
Endividamento Bancário	3.593.567,18 €
Terceiros não Financeiros	1.255.661,98 €
Divida Participadas	178.959,03 €
Total da Divida	5.028.188,19 €
Divida de OT	51.639,33 €
Fundo Apoio Municipal - Art 98º OE 2015	312.169,60 €
Divida Orçamental Total	4.664.379,26 €
Total da Dívida a 01/01/2014	5.076.140,00 €
Margem da divida total utilizavel em 2014	326.627,43 €
Margem da divida total para 2014	5.402.767,43 €
Divida orçamental Total a 31/12/2014	4.664.379,26 €
Margem disponível	738.388,18 €

Nestes termos, em 31 de Dezembro de 2014, o Município de Sousel possui uma capacidade de dívida total, no montante de 6.709.277,17, tendo utilizado 4.664.379,26, encontrando-se assim, com uma margem total de 2.044.897,91. Contudo, por força do disposto no artigo 52º, em 31-12-2014, o município de Sousel regista uma margem disponível de 738 mil euros.

Esta margem disponível poderia situar-se em 917.347,20, se não integrasse a dívida das entidades participadas.

Importa referir que sendo cumprido o estabelecido no Orçamento de Estado de 2015, o Município lançou o montante referente à contribuição para o Fundo de Apoio Municipal de 312.169,60€ a entregar ao Estado nos próximos 7 anos, sendo o valor a pagar por ano de 44.596,00€.

A Lei do OE de 2015 define no seu artigo 98º que o montante acima descrito não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Quadro 9

ESTRUTURA DA DÍVIDA									
CONTA			%		%		%		%
	DÍVIDAS A TERCEIROS	2011	2011	2012	2012	2013	2013	2014	2014
221+228	FORNECEDORES	714.073	12,32%	409.886	8,14%	409.886	8,14%	290.901	6,00%
2312+2613	EMPRÉSTIMOS E LEASINGS	4.410.417	76,09%	4.292.424	85,22%	4.292.424	85,22%	3.593.567	74,11%
24	ESTADO	43.026	0,74%	31.754	0,63%	31.754	0,63%	41.926	0,86%
2611+2614+2618	FORNECEDORES IMOB	592.180	10,22%	277.552	5,51%	277.552	5,51%	554.033	11,43%
217+262+263+267+268	OUTROS CREDITORES	36.595	0,63%	25.372	0,50%	25.372	0,50%	368.803	7,61%
	TOTAL	5.796.291	100%	5.036.989	100%	5.036.989	100%	4.849.229	100%
	DÍVIDAS DE TERCEIROS	2011	2011	2012	2012	2013	2013	2014	2014
28	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	-	0,00%
211+212+213	CLIENTES E UTENTES	512	0,06%	16.956	3,42%	16.956	3,42%	137.360	2,82%
218	CLIENTES DE C. DUVIDOSA	105.292	1,93%	111.804	2,22%	111.804	2,22%	130.398	2,69%
24	ESTADO	53.775	0,93%	0	0,00%	0	0,00%	96.263	1,98%
262+263+267+268	OUTROS DEVEDORES	654.875	11,30%	367.667	7,30%	367.667	7,30%	588.843	12,14%
	TOTAL	814.435	100%	496.427	100%	496.427	100%	952.864	100%

Em matéria de endividamento importa ainda efetuar uma breve referência à estrutura da dívida, situação que passamos a analisar:

- As dívidas a fornecedores correntes sofreram decréscimo de 2,14 pontos percentuais, no peso total de Dívidas a Terceiros em 2014, por comparação com as dívidas a fornecedores registados no peso total de Dívidas a Terceiros em 2013;
- Em matéria de empréstimos de médio e longo prazo e leasings registou-se um decréscimo real de 698.857€. Acresce que, este valor no peso total de Dívidas a Terceiros em 2014, por comparação com o peso total da Dívidas a Terceiros em 2011, sofreu um decréscimo de 1,98 pontos percentuais;
- Relativamente aos fornecedores de imobilizado, estes valores sofreram um acréscimo de 1,21 pontos percentuais em comparação com o ano 2011;
- No que se refere a dívidas de terceiros, estas registaram um decréscimo em relação a 2012 e 2011. Para o montante elevado destas dívidas muito contribuem os montantes por receber no âmbito do QREN.

6. INDICADORES

	AB	N AP	AL	N-1 AL	N-2 AL
Imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
451 Terrenos e recursos naturais	2.100.928,31	0,00	2.100.928,31	2.100.928,31	2.100.928,31
452 Edifícios	698.198,53	86.142,93	612.055,60	622.888,84	683.722,08
453 Outras construções e infra-estruturas	27.694.696,43	14.135.036,36	13.559.628,07	14.565.463,21	14.617.310,14
455 Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
459 Outros bens de domínio público	9.203,51	9.203,51	0,00	0,00	0,00
445 Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	112.313,51	1.023.818,56
446 Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
431 Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432 Despesas de investigação e desenvolvimento	550.642,10	276.526,54	274.115,56	395.673,99	155.860,92
433 Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443 Imobilizações em curso	159.804,59	0,00	159.804,59	151.216,00	292.699,93
449 Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações Corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
421 Terrenos e recursos naturais	2.480.148,48	0,00	2.480.148,48	2.631.577,58	2.323.782,12
422 Edifícios e outras construções	9.965.749,34	1.492.598,50	8.473.150,84	8.381.990,15	7.776.488,43
423 Equipamento básico	1.983.670,39	1.489.165,96	494.504,43	594.665,16	699.474,40
424 Equipamento de transporte	2.112.395,19	1.465.159,22	647.235,97	649.005,12	746.063,95
425 Ferramentas e utensílios	30.874,32	30.558,54	315,78	361,50	0,00
426 Equipamento administrativo	1.174.892,97	1.097.452,44	77.440,53	85.574,36	116.467,43
427 Taxas e vasilhanas	2.446,85	2.446,85	0,00	0,00	0,00
429 Outras imobilizações corpóreas	478.152,06	40.835,55	434.316,51	434.318,09	434.399,28
442 Imobilizações em curso	5.528.082,33	0,00	5.528.082,33	2.111.559,54	852.030,08
445 Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	46.187,26
Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
411 Partes de capital	0,00	223.730,22	-223.730,22	-67.235,58	-9.977,78
412 Obrigações e títulos de participação	453.745,55	0,00	453.745,55	145.029,99	149.312,63
414 Investimentos em imóveis	424.526,08	283.097,31	141.428,77	166.718,80	191.345,19
415 Outras aplicações financeiras	1.247,00	0,00	1.247,00	1.247,00	1.247,00
441 Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
447 Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Circulante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Existências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36 Materias-primas, subsidiárias e de consumo	48.291,19	0,00	48.291,19	54.607,56	59.689,60
35 Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34 Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33 Produtos acabados e intermediários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32 Mercadorias	0,00	0,00	0,00	100,99	100,99
37 Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívidas de terceiros - Curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28 Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
211 Clientes, c/ c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
212 Contribuintes, c/ c	816,03	0,00	816,03	750,40	0,00
213 Utentes, c/ c	136.544,31	0,00	136.544,31	68.204,84	16.955,86
218 Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	130.398,06	128.588,84	1.809,22	40.261,11	9.220,57
231 Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
229 Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2619 Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24 Estado e outros entes públicos	96.262,81	0,00	96.262,81	41.766,67	0,00
264 Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
262 + 263 + 267 + 268	588.843,09	0,00	588.843,09	408.554,11	367.666,91
Títulos negociáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151 Ações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152 Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153 Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159 Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18 Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos em instituições financeiras e caixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 Depósitos em instituições financeiras	353.418,95	0,00	353.418,95	251.253,65	483.138,69
11 Caixa	4.038,64	0,00	4.038,64	8.912,55	4.037,89
Acréscimos e diferimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
271 Acréscimos de proveitos	47.791,66	0,00	47.791,66	144.108,46	130.290,83
272 Custos diferidos	15.056,29	0,00	15.056,29	12.954,31	14.006,53
Fundo próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51 Património	10.504.230,95	0,00	10.504.230,95	10.495.003,18	10.495.003,18
55 Ajustamento de partes de capital em empresas	-1.570.761,27	0,00	-1.570.761,27	-1.410.818,59	-1.349.272,15
56 Reservas de reavaliação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
571 Reservas legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
572 Reservas estatutárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
573 Reservas contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
574 Reservas livres	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
575 Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
576 Doações	1.531.316,52	0,00	1.531.316,52	1.531.316,52	1.531.316,52
577 Reservas decorrentes de transferência de activos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59 Resultado exatados	5.344.628,99	0,00	5.344.628,99	5.774.808,10	6.357.984,52
58 Resultado líquido do exercício	-823.859,58	0,00	-823.859,58	-430.179,11	-674.588,96
Passivo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
292 Provisões para riscos e encargos	1.093.625,25	0,00	1.093.625,25	748.677,32	480.695,24
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2312 Dívidas a instituições de crédito	3.335.890,04	0,00	3.335.890,04	3.564.497,68	3.959.368,70
2613 Fornecedores de Imobilizado Leasing	257.677,14	0,00	257.677,14	286.665,41	333.055,63
Dívidas a terceiros - Curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2311 Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
269 Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
221 Fornecedores, c/ c	196.494,94	0,00	196.494,94	386.371,25	358.457,76
226 Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	94.405,95	0,00	94.405,95	0,00	51.428,18
232 Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
217 Clientes e utentes c/ cações	3.152,64	0,00	3.152,64	3.152,64	3.152,64
219 Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2611 Fornecedores de imobilizado, c/ c	369.032,54	0,00	369.032,54	440.139,65	277.552,41
24 Estado e outros entes públicos	41.925,70	0,00	41.925,70	38.791,32	31.754,36
264 Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
262 + 263 + 267 + 268	365.650,21	0,00	365.650,21	22.664,60	22.219,56
2618 Fornecedores Imobilizado - Facturas em Rec e Conf	185.000,00	0,00	185.000,00	185.000,00	0,00
2614 Fornecedores de imobilizado Factoring	0,00	0,00	0,00	0,00	233.992,89
Acréscimos e diferimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
273 Acréscimos de custos	465.266,22	0,00	465.266,22	436.714,18	347.266,58
274 Proveitos diferidos	15.113.114,05	0,00	15.113.114,05	12.041.959,67	10.776.730,76
TOTAL ACTIVO	57.267.835,06	20.760.544,77	36.507.290,29	34.134.763,82	33.236.117,82
TOTAL PASSIVO	36.507.290,29	0,00	36.507.290,29	34.134.763,82	33.236.117,82

INDICADORES				2014	2013		2012		VARIACAO			
									2014/2013	2013/2012		
1	SUSTENTABILIDADE A MÉDIO E LONGO PRAZO	Solvabilidade I	Fundo Patrimonial	14 986 056	71,20%	15 360 130	87,82%	16 360 443	96,95%	-16,61	-9,13	
			Passivo	21047 573		18 174 634		16 875 675				
	2	Solvabilidade II	Activo Líquido	36 507 290	173,45%	34 134 764	187,82%	33 236 118	196,95%	-14,36	-9,13	
			Passivo	21047 573		18 174 634		16 875 675				
3	Solvabilidade Adaptado	Activo Líquido Total-Bens do Domínio Público Líquidos	20 234 678	96,14%	16 713 170	91,96%	14 860 339	88,06%	4,18	3,90		
		Passivo	21047 573		18 174 634		16 875 675					
4	Autonomia Financeira	Fundo Patrimonial	14 986 056	41,05%	15 360 130	46,76%	16 360 443	49,22%	-5,71	-2,47		
		Activo Líquido	36 507 290		34 134 764		33 236 118					
5	EQUILÍBRIO DE CURTO PRAZO	Liquidez Geral	Activo Circulante	1421461	8,92%	1031475	7,84%	1085108	9,29%	-1,08	-1,45	
			Passivo Circulante	15 942 733		13 157 146		11 684 908				
		6	Liquidez Imediata	Disponibilidades	357 458	2,24%	260 166	1,98%	487 177	4,17%	-0,26	-2,19
				Passivo Circulante	15 942 733		13 157 146		11 684 908			
7	IMOBILIZAÇÕES	Indicador das imobilizações I	Capitais Permanentes	18 997 270	53,95%	20 228 941	61,11%	21 070 515	65,54%	-7,16	-4,43	
			Imobilizado Líquido	35 214 418		33 103 289		32 151 010				
		8	Indicador das imobilizações II	Fundo Patrimonial	14 986 056	42,56%	15 360 130	48,21%	16 360 443	50,89%	-5,66	-2,67
				Imobilizado Líquido	35 214 418		33 103 289		32 151 010			
		9	Indicador das imobilizações III	Capitais Alheios de MLP	4 011 215	11,39%	4 268 811	12,90%	4 710 072	14,65%	-1,50	-1,75
				Imobilizado Líquido	35 214 418		33 103 289		32 151 010			
		10	Indicador das imobilizações IV	Capitais Alheios de Curto Prazo	15 403 703	43,74%	16 377 778	49,47%	16 778 091	52,19%	-5,73	-2,71
				Imobilizado Líquido	35 214 418		33 103 289		32 151 010			
		11	Percentagem de imobilizado líquido total	Imobilizado Líquido	35 214 418	96,46%	33 103 289	96,98%	32 151 010	96,74%	-0,52	0,24
				Activo Líquido	36 507 290		34 134 764		33 236 118			
		12	Percentagem de imobilizado líquido de BDP	Imobilizado de Domínio Público Líquido	16 272 612	44,57%	17 421 594	51,04%	18 375 779	55,29%	-6,46	-4,25
				Activo Líquido	36 507 290		34 134 764		33 236 118			
13	ENDIVIDAMENTO	Endividamento	Passivo	21047 573	57,65%	18 174 634	53,24%	16 875 675	50,78%	4,41	2,47	
			Activo Líquido	36 507 290		34 134 764		33 236 118				
		14	Endividamento de MLP	Dívidas de MLP	3 593 567	9,84%	3 851 163	11,26%	4 292 424	12,91%	-1,44	-1,63
				Activo Líquido	36 507 290		34 134 764		33 236 118			
		15	Endividamento-Empréstimos de MLP	Empréstimos de MLP	3 335 990	9,14%	3 564 498	10,44%	3 959 369	11,91%	-1,30	-1,47
				Activo Líquido	36 507 290		34 134 764		33 236 118			
		16	Endividamento de CP	Dívidas de Curto Prazo	1 255 662	3,44%	1 076 119	3,15%	978 558	2,94%	0,29	0,21
				Activo Líquido	36 507 290		34 134 764		33 236 118			
		17	Endividamento-Empréstimos de CP	Empréstimos de Curto Prazo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00
				Activo Líquido	36 507 290		34 134 764		33 236 118			
		18	Estrutura de Endividamento I	Dívidas de MLP	3 593 567	17,07%	3 851 163	21,19%	4 292 424	25,44%	-4,12	-4,25
				Passivo	21047 573		18 174 634		16 875 675			
19	Estrutura de Endividamento II	Dívidas de Curto Prazo	1 255 662	5,97%	1 076 119	5,92%	978 558	5,80%	0,04	0,12		
		Passivo	21047 573		18 174 634		16 875 675					

A autonomia financeira do Município diminuiu relativamente ao exercício anterior contribuindo essencialmente para esta diminuição o reajustamento efetuado no registo patrimonial dos bens de 2002, bem como os investimentos realizados.

Por outro lado, estes investimentos resultaram num aumento do ativo líquido. Contudo, a autonomia do Município de Sousel ainda ascende a 41,05%.

A liquidez imediata diminuiu devido à diminuição das disponibilidades do município.

- O imobilizado líquido total representa 96,46% do total do ativo líquido;
- O imobilizado de domínio público diminuiu no ano 2014, por via do reajustamento patrimonial efetuado, pois registava uma sobrevalorização significativa.
- O passivo representa 57,65% do Ativo líquido, sendo de realçar que as dívidas de MLP representam 9,84% do ativo líquido e 17,07% do Passivo.

Pela análise dos indicadores o município de Sousel mantém uma estrutura financeira estável e equilibrada, situação que lhe permitiu em 2014 promover significativos investimentos que contribuem para a melhoria das condições de vida e bem-estar de toda a população.

Nos investimentos mais significativos podemos identificar alguns e abordar as suas funções e características.

BAR DO JARDIM

A requalificação do bar do Jardim veio recuperar um espaço já bastante degradado e sem o mínimo de condições de utilização, dando-lhe um ar de modernidade e dignificando-o para o uso que sempre teve, por forma a ficar inserido em toda a sua envolvente, valorizando desta forma a área em termos urbanísticos através da revitalização do ambiente como um todo. Com a presente intervenção proporcionou-se uma melhor qualidade de vida à população. A criação de boas condições, favorece o uso contínuo do espaço (dia/noite), permitiu a criação de condições de conforto e segurança capazes de possibilitar o convívio intergeracional. Esta obra, que ascendeu a 65.878,68 €.



Bairro Martinho Chaveiro Rovisco Pais

Projeto há muito ambicionado pelas gentes de Casa Branca, sobretudo para os residentes naquele bairro. Esta intervenção veio proporcionar uma melhor qualidade de vida a todos os habitantes e principalmente aos residentes dando resposta a uma requalificação urbanística e reorganização do espaço público, proporcionando a “vivencia de rua” num ambiente mais saudável, e a criação/manutenção de laços sociais que potenciem uma comunidade coesa, existindo a preocupação de integrar a solução no tecido urbano existente.



A obra do Bairro Martinho Chaveiro Rovisco Pais, foi um investimento que ascendeu a 113.086,15€, valor integralmente suportado por recursos próprios da autarquia, registando um valor de 83.34,73€ em 2014.

Centro Escolar

O Projeto para a construção, de raiz, de um edifício assente no conceito de campus Escolar pretende dar resposta às exigências educativas atuais e permitirá renovar todo o parque escolar do Concelho de Sousel. Baseia-se numa filosofia modular. Prevê, para além da edificação da E.B 2,3, a construção de um Parque Educativo que se pretende que evolua de forma dinâmica, com vista à integração, dos vários níveis de Ensino. O conjunto de áreas multifuncionais contribuirá para a melhoria da qualidade do espaço educativo e poderá igualmente, ser partilhado pelas comunidades locais em que as escolas se inserem. Esta intervenção permitirá, por um lado, apetrechar a Escola com espaços educativos diferenciados e multifuncionais, sem descurar as vertentes de apoio social e de Ocupação de Tempos Livres, as quais permitirão consolidar um objetivo estratégico de garantir a Escola a Tempo Inteiro. Este Projeto beneficia de condições excelentes, uma vez que detém uma mais-valia que o irá enriquecer pelas componentes de espaços comuns existentes, como sejam o Pavilhão Gimnodesportivo, que inclui piscinas cobertas e descobertas e campos de jogos, onde atualmente já desenvolve toda a atividade desportiva curricular e extracurricular.

A eficiência energética é também uma preocupação presente, pelo que a utilização de energias renováveis neste projeto constitui um forte contributo na obtenção da sua sustentabilidade. A seleção das soluções adotadas, obedece a princípios rigorosos de gestão dos recursos, procurando maximizar a relação entre o investimento e o público-alvo beneficiário do mesmo.

Este projeto resultou do diagnóstico produzido, com base na Carta Educativa do Concelho de Sousel. O conjunto de intenções vertidas neste documento contempla a reestruturação da rede educativa municipal, ao nível do pré-escolar e do ensino básico. Assenta numa filosofia de integralidade do percurso escolar, espírito de comunidade, complementaridade, gestão racional de recursos e adequação e modernização dos recursos. Pelos factos impunha-se a construção de um novo edifício adequado às normas e diretivas em vigor, cuja construção obedece a uma dinâmica modular em que o produto final resulta, num conjunto de resposta à integração de vários níveis de ensino.

Trata-se de um investimento que ascende a 4.671.056,67€, financiado por fundos comunitários, pelo Ministério da Educação e por recursos próprios da autarquia, não sendo objeto de recurso a qualquer empréstimo bancário.



Auditório Municipal

Com a intervenção efectuada no auditório o mesmo fica dotado de sala de cinema culminando desta forma a lacuna existente no nosso Concelho.



O auditório surge como uma área muito condicionada, aproveitando o existente. É o espaço de maior notoriedade, agregador e centrífugo. A sua intervenção teve por objetivo torná-lo um espaço de maior dinamismo e polivalência.

Devido à sua reduzida capacidade foi colocado no exterior um ecrã gigante, aumentando a capacidade de utilização e beneficiando do espaço lúdico envolvente ao edifício.

Com este projeto pretende-se requalificar o edificado imprimindo uma nova dinâmica não só ao auditório como a toda a sua envolvente.



A zona de estar e bar ganha uma nova identidade com o prolongamento do espaço e será instalada uma esplanada, projetada “sobre” o jardim.



A proposta de alterações ao auditório visa conferir outras valências, identidade própria e imagem contemporânea, assumindo-se independente da Biblioteca, assim como uma vocação mais pública e de natureza urbana definida pela arquitetura e respetivas materialidades.



Trata-se de um investimento que ascende a 294.384,60€, financiado por fundos comunitários

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com as demonstrações financeiras do ano 2014, o resultado líquido do exercício foi 823.359,58€ negativo, valor que se encontra evidenciado tanto no Balanço como na Demonstração de Resultados.

O POCAL (ponto 2.7.3) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 11 de Fevereiro, nada define para um resultado líquido do exercício negativo. Assim, e porque a conta de 59 – Resultados transitados acolhe os resultados líquidos (positivos ou negativos) do exercício anterior, propõe-se que o resultado líquido do exercício seja transferido para a conta 59 – “Resultados Transitados”.

8. CONCLUSÃO

Para finalizar não podemos deixar de referir que a situação económica e financeira que o país atravessa poderá ter impacto no grau de execução orçamental do Município de Sousel, em anos futuros, pois as sucessivas diminuições de fundos provenientes do Orçamento de Estado, acrescido do aumento das despesas correntes, nomeadamente com o aumento do IVA da eletricidade e outros bens essenciais, conduzem a um aumento exponencial das despesas correntes.

De salientar que o aumento da capacidade de intervenção do município, assim como o aumento de responsabilidades ao nível da educação e ação social, também aumentam o nível de despesas correntes, prevendo-se que estas terão grande expressão nos próximos anos.

Sousel, 10 de abril 2015

O Presidente da Câmara Municipal

Dr. Armando Varela

Reunião da Câmara Municipal	Sessão da Assembleia Municipal
O EXECUTIVO	A MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL